

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**Douglas Quadros Dobler**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM PROPRIEDADES DE  
AGRICULTURA FAMILIAR, NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO CRISTO  
REDENTOR EM SÃO BORJA-RS**

**São Borja-RS  
2025**

**DOUGLAS QUADROS DOBLER**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM PROPRIEDADES DE  
AGRICULTURA FAMILIAR, NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO CRISTO  
REDENTOR EM SÃO BORJA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Nola Patrícia Gamalho

**São Borja  
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

D633e Dobler, Douglas Quadros  
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM PROPRIEDADES DE  
AGRICULTURA FAMILIAR, NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO CRISTO  
REDENTOR EM SÃO BORJA-RS / Douglas Quadros Dobler.  
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2025.

"Orientação: Nola Patrícia Gamalho".

1. Campesinato. 2. Estratégias de Reprodução Social. 3.  
Assentamentos Rurais. I. Título.

**DOUGLAS QUADROS DOBLER**

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM PROPRIEDADE DE AGRICULTURA FAMILIAR, NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO CRISTO REDENTOR EM SÃO BORJA-RS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas- Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de dezembro de 2025

Banca examinadora:

---

Profª. Dra. Nola Patrícia Gamalho

Orientadora

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Muriel Pinto

UNIPAMPA

---

Prof. José Marcandes Andrade da Cruz

Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul



---

Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/12/2025, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **NOLA PATRICIA GAMALHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/12/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **José Marcandes Andrade da Cruz, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1909425** e o código CRC **35A702AE**.

---

Dedico este trabalho a minha esposa Ariane, e aos meus filhos Leonidas e Nicolas. Mas principalmente dedico a meus pais Leonidas Dobler e Elenir de Fatima Santos de Quadros Dobler, que sempre me contaram a história de lutas camponesas, para se alcançar a tão desejada terra, nunca deixando de lutar.

## **AGRADECIMENTO**

A minha família, minha esposa Ariane, que com muito amor e carinho, esteve do meu lado em todos os momentos, e acompanhou meu desenvolvimento ao longo de minha graduação.

Aos meus dois meninos, Leonidas e Nicolas, por serem minha inspiração para sempre continuar lutando e sendo eles a inspiração, para eu ser exemplo de como eles devem ser e agir para com os outros.

Aos meus pais e irmãos que, sabem de minha trajetória, e conviveram comigo desde os tempos de acampamento até se concretizar a tão sonhada terra. Passando por inúmeras dificuldades para alcançar o respeito e valorização da sociedade.

A minha orientadora, professora Nola, que foi a base desse trabalho, sabendo me entender e auxiliando, para que eu alcançasse meus objetivos. Sempre com carinho e profissionalismo de uma guardiã das boas práticas pedagógicas.

Aos professores da Unipampa, cada um que me ajudou e entendeu minhas dificuldades para continuar na graduação. Vocês me proporcionaram um riquíssimo saber, e isso é algo que não se perde e tem muitíssimo valor.

A todos os colegas de curso, que sempre estavam presentes para auxiliar e ajudar no que fosse preciso. Vocês somaram muito em meu crescimento e me proporcionaram momentos incríveis.

As instituições escolares que me acolheram durante meus estágios, em especial a Escola Estadual de Ensino Fundamental Franco Baglioni, que fez parte de minha infância como estudante e agora me proporcionou a oportunidade de estar em sala de aula sendo professor.

A Unipampa, que proporcionou todo o auxílio necessário para que eu pudesse concluir minha graduação.

“A bandeira que adoramos  
Não pode ser manchada  
Com o sangue de uma raça  
Presa ao cabo da enxada”.

Francisco Julião

## RESUMO

O trabalho buscou analisar as estratégias de reprodução social desenvolvidas por famílias de agricultores familiares camponeses do Assentamento Cristo Redentor, em São Borja-RS, buscando compreender como esses agricultores organizam práticas produtivas, econômicas e culturais que garantem sua permanência na terra e a continuidade de seus modos de vida. O problema central consiste em identificar as estratégias de reprodução social existentes na comunidade do assentamento, identificando como eles estruturam sua produção desde o plantio até a venda do que é produzido. O estudo tem como objetivos compreender as práticas cotidianas dos agricultores, ao analisar suas estratégias de reprodução social, valorizando a dimensão cultural, simbólica e afetiva que sustenta o modo de vida camponês. Articulando ainda, a relevância da produção local para a segurança alimentar e para o ensino de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interpretativo, baseada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando observação direta e entrevistas abertas realizadas com agricultores do assentamento. As categorias analíticas centrais são: campesinato, agricultura familiar e estratégias de reprodução social, buscando interpretar tanto as práticas econômicas quanto os valores sociais e culturais presentes na comunidade. Nesse sentido, os resultados apontam que as famílias articulam tradição e inovação por meio de produção diversificada, autoconsumo, participação em programas institucionais e forte vínculo com a terra, evidenciando que a reprodução social camponesa envolve não apenas fatores econômicos, mas também identidade, memória, cooperação entre as famílias.

**Palavras-chave:** Campesinato; Agricultura Familiar; Estratégias de Reprodução Social, Segurança Alimentar e Assentamentos Rurais.

## RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las estrategias de reproducción social desarrolladas por familias de pequeños agricultores en el Asentamiento Cristo Redentor, en São Borja-RS, buscando comprender cómo estos agricultores organizan prácticas productivas, económicas y culturales que garantizan su permanencia en la tierra y la continuidad de sus modos de vida. El problema central consiste en identificar las estrategias de reproducción social existentes en la comunidad del asentamiento, identificando cómo estructuran su producción desde la siembra hasta la venta de lo producido. El estudio busca comprender las prácticas cotidianas de los agricultores mediante el análisis de sus estrategias de reproducción social, valorando la dimensión cultural, simbólica y afectiva que sustenta el modo de vida campesino. También articula la relevancia de la producción local para la seguridad alimentaria y para la enseñanza de la Educación Alimentaria y Nutricional en las escuelas. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo e interpretativo, basado en investigación bibliográfica e investigación de campo, mediante observación directa y entrevistas abiertas realizadas a agricultores del asentamiento. Las categorías analíticas centrales son: campesinado, agricultura familiar y estrategias de reproducción social, buscando interpretar tanto las prácticas económicas como los valores sociales y culturales presentes en la comunidad. En este sentido, los resultados indican que las familias articulan tradición e innovación a través de la producción diversificada, el autoconsumo, la participación en programas institucionales y una fuerte conexión con la tierra, lo que demuestra que la reproducción social campesina involucra no solo factores económicos, sino también identidad, memoria y cooperación entre familias.

**Palabras clave:** Campesinado; Agricultura Familiar; Estrategias de Reproducción Social; Seguridad Alimentaria; y Asentamientos Rurales.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região

## LISTA DE ABREVIATURAS

n. número  
p. página

## LISTA DE SIGLAS

AAFACRIS	Associação Dos Agricultores Familiares do Assentamento Cristo Redentor
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Conferência Nacional Dos Bispos Do Brasil
CMP	Coordenadoria De Movimentos Populares
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MST	Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional De Alimentação Escolar
PT	Partido Dos Trabalhadores
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROCERA	Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 O Campesinato .....</b>	<b>21</b>
2.1.1 Agricultura Familiar.....	27
2.1.2 Estratégias de Reprodução Social .....	32
<b>2.2 Histórico do MST no RS.....</b>	<b>36</b>
<b>3 O CAMPESINATO EM SÃO BORJA.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 O município de São Borja.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2- O Assentamento Cristo Redentor.....</b>	<b>48</b>
3.2.1 Histórico do assentamento Cristo Redentor .....	51
<b>3.3 Estratégias de reprodução social no Assentamento Cristo Redentor .....</b>	<b>54</b>
3.3.1 Estratégias produtivas e diversificação econômica .....	55
3.3.2 Desafios climáticos e estratégias de resistência .....	57
<b>3.4 Estratégias de Reprodução Social, identificadas na pesquisa .....</b>	<b>58</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco principal a valorização do agricultor familiar camponês, a partir da análise das estratégias de reprodução social desenvolvidas no Assentamento Cristo Redentor, no município de São Borja-RS. A pesquisa surgiu da necessidade de compreender de que maneira esses agricultores organizam suas práticas produtivas, econômicas e culturais para garantir a permanência na terra e a reprodução de suas famílias. O estudo partiu da observação da realidade local e da percepção da relevância das práticas agrícolas tradicionais, muitas vezes pouco reconhecidas pela academia, mas fundamentais para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar regional.

A escolha do tema está relacionada à trajetória do pesquisador e à importância social e econômica da agricultura familiar camponesa. Ao observar as transformações nas políticas públicas e nos modos de produção, especialmente a partir da substituição do termo “agricultura camponesa” por “agricultura familiar”, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, se entende a necessidade de revisitar esse conceito sob a ótica dos agricultores. Essa mudança conceitual, que aproximou os pequenos produtores do mercado formal, alterou também a forma de compreender o camponês, vinculando-o a uma lógica produtivista. A pesquisa, portanto, busca recuperar o sentido original desse agricultor como sujeito histórico, cultural e político.

Dessa maneira, o termo agricultura familiar emergiu no país a partir da década de 1990, e sobre um contexto de debates acerca dos malefícios que o processo de modernização da agricultura trouxe para a população do campo. Além disso, havia o desejo de reestruturação das bases produtivas por meio da promoção de ferramentas políticas capazes de viabilizar um desenvolvimento rural mais homogêneo e igualitário. (König, 2022, p.42)

A problemática central da investigação consiste em identificar e compreender as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelas famílias agricultoras do assentamento. Procurou-se investigar como esses agricultores organizam sua produção, diversificam suas atividades e constroem mecanismos de resistência e permanência no meio rural. O trabalho considera, além dos aspectos econômicos, as dimensões culturais, simbólicas e afetivas que sustentam o modo de vida camponês.

Assim, o estudo se propõe a interpretar as estratégias locais não como práticas isoladas, mas como parte de um sistema social e histórico mais amplo.

A relevância da pesquisa justifica-se pela escassez de estudos que abordem a agricultura familiar camponesa a partir de uma perspectiva interna, construída com a participação dos próprios sujeitos. Em geral, as produções acadêmicas tratam o tema de forma distante, desconsiderando o vínculo afetivo e comunitário que sustenta a vida rural. Segundo Silva (2019, p. 45), “A intensificação das relações capitalistas tem provocado várias interpretações acerca do destino e papel dos camponeses”. Nesse sentido, este trabalho se diferencia por adotar uma metodologia participativa, fundamentada no diálogo e na escuta ativa dos agricultores.

Além de contribuir para o campo científico, a pesquisa busca servir de subsídio para a educação do campo, permitindo que os alunos e professores das escolas rurais e urbanas, possam reconhecer a importância da produção local e de quem está por trás dos alimentos que chegam às mesas escolares. Aspecto relevante também na pesquisa, é a contribuição em sala de aula, onde, professores poderão usufruir do presente estudo como subsídio durante as aulas de inclusão do tema transversal “Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas” o qual está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme a lei nº13.666/ 2018 e altera a lei nº 9.394/1996 incluindo esse tema transversal no currículo escolar. Dessa forma, o “Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE), regido pela Lei nº 11.947/2009/FNDE, traz as seguintes recomendações em seu Art. 2º, inciso II como segue:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; (Brasil, 2009)

A Educação Alimentar e Nutricional tem como objetivo promover e despertar nos alunos práticas saudáveis de alimentação, contribuindo para que os alunos adotem tais práticas de forma voluntária, partindo do professor e da instituição de ensino utilizar de recursos educacionais que despertem o interesse e o diálogo dos alunos sobre a importância de uma alimentação saudável em todas as fases da vida,

assim como o conhecimento dos processos de produção, distribuição, seleção e o consumo desses alimentos, conforme 2º Caderno de Alimentação Escolar da SEDUC (2012, p. 2):

Educar no âmbito da alimentação e nutrição é a construção conjunta de processos permanentes e contínuos para aprimorar a produção, a distribuição, a seleção e o consumo de alimentos, de forma adequada, saudável e segura. Também, como uma diretriz da educação alimentar e nutricional, encontra-se a valorização de hábitos e tradições culturais de cada indivíduo e do seu grupo social de convívio, além da conscientização cidadã sobre o desperdício de alimentos e sua utilização integral. (SEDUC, 2012, p. 2)

O objeto do estudo compreende as práticas produtivas e culturais das famílias agricultoras do Assentamento Cristo Redentor. A escolha dessa comunidade se justifica pelo vínculo do pesquisador com o local e pelo grau de parentesco existente entre os participantes, o que proporcionou um ambiente de confiança e colaboração. Entre os entrevistados estão parentes próximos do pesquisador, como tios, primos e cunhados, além de vizinhos com laços familiares consolidados há gerações. Todos são descendentes de famílias oriundas de regiões como Redentora-RS, que se fixaram na localidade após longos processos de deslocamento e luta pela terra.

Destaco também, hoje como pesquisador a minha trajetória social, ao pesquisar sobre uma temática que vem ao encontro com minha história, tendo forte vínculo com a história de luta de meus pais, que sempre foram agricultores camponeses. Nascido na cidade de Erval-Seco-RS, na região centro-norte do Estado, sendo cidade vizinha com Redentora-RS, onde meus pais e meus avós moravam. Em meados de setembro de 1989, meus pais, enfrentando dificuldades para se manter na agricultura devido à falta de condições para conseguir comprar uma área de terra, decidiram entrar para o MST, na busca por condições melhores e uma área de terra para criar seus filhos e desenvolver o cultivo de lavoura. Nesse período, eu tinha a idade de 2 para 3 meses, e fui juntamente com meus pais para o acampamento de Palmeiras das Missões-RS.

O período de luta pela terra até a chegada em São Borja-RS, foi de aproximadamente dois anos. E nesse tempo, eu e mais duas irmãs juntamente aos meus pais, passamos morando em barracas de lona preta, e nos deslocando entre

Palmeiras das Missões-RS, Cruz Alta-RS, Bagé-RS até chegar em São Borja-RS. Hoje passados 34 anos que estamos em São Borja-RS, somos cinco irmãos, três mulheres e dois homens da família formada pelos meus pais. Cada um dos irmãos seguiu caminhos diferentes, uns trabalhando no setor de serviços e outros exercendo a docência em escola municipal. Porém eu continuei trabalhando na agricultura, junto aos meus pais, e hoje já possuo família, onde tenho dois filhos, um com 15 anos e outro com 1 ano de idade, juntamente de minha esposa, que também trabalha comigo na lavoura. Então destaco que, essa relação direta me permitiu como pesquisador compreender com maior profundidade o contexto histórico e social da comunidade, sem deixar de manter o rigor analítico exigido pela pesquisa científica. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2002, p. 18) destacam que:

O investigador, baseando-se em conhecimentos teóricos anteriores, planeja cuidadosamente o método a ser utilizado, formula problema e hipóteses, registra sistematicamente os dados e os analisa com a maior exatidão possível. Para efetuar a coleta dos dados, utiliza instrumentos adequados, emprega todos os meios mecânicos possíveis, a fim de obter maior exatidão na observação humana, no registro e na comprovação de dados. (Marconi e Lakatos, 2002, p. 18)

O referencial teórico baseou-se em autores que estudam a agricultura familiar e o campesinato sob diferentes perspectivas. Marcelo Antônio Conterato (2008) contribuiu com a análise das dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e dos estilos de agricultura familiar no Rio Grande do Sul, oferecendo base para entender o contexto socioeconômico da pesquisa. Andreyra Raquel Medeiros de França (2022) abordou as trajetórias e estratégias da agricultura familiar em Veranópolis, o que auxiliou na compreensão da diversificação produtiva e das transformações nas últimas décadas. Já Lara Altafin (2007) refletiu sobre o conceito de agricultura familiar e sua relação com o desenvolvimento rural, destacando a importância da valorização do agricultor camponês. Por sua vez, Alexander Chayanov (1974) trouxe fundamentos clássicos ao analisar as unidades econômicas camponesas Russa, e a lógica de equilíbrio entre trabalho e consumo. E Marconi e Lakatos (2002) orientaram os procedimentos metodológicos, especialmente no que se refere à elaboração de entrevistas e à condução da pesquisa participativa.

Com base nesses referenciais, foram definidas categorias centrais para a análise: “estratégias de reprodução social”, compreendidas como ações que garantem a permanência das famílias no campo; “pluriatividade”, entendida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para complementar a renda; “diversificação produtiva”, referente à variedade de cultivos e criações voltados ao autoconsumo e à venda; e “gestão familiar”, ligada à divisão de tarefas e às decisões sobre a produção. Tais conceitos serviram de base para interpretar as práticas e narrativas dos entrevistados, orientando a leitura dos dados coletados. Wanderley (2014, p. 31), destaca que:

Assim sendo, mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. (Wanderley. 2014, p. 31)

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de abordagem qualitativa, com natureza descritiva e interpretativa. O método adotado foi a pesquisa de campo, combinada à pesquisa bibliográfica, o que permitiu a integração entre teoria e prática. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada para compreender as experiências e percepções dos agricultores, privilegiando a escuta e a subjetividade dos participantes. O caráter participativo da pesquisa possibilitou o envolvimento direto da comunidade no processo, garantindo que as interpretações fossem construídas de forma compartilhada e respeitosa.

Os procedimentos metodológicos incluíram observação direta, entrevistas despadronizadas e registro das entrevistas em áudio. As entrevistas seguiram um roteiro flexível, permitindo liberdade de fala aos participantes e adequando-se às recomendações de Marconi e Lakatos (2002) sobre entrevistas abertas. Foram realizadas cinco entrevistas com agricultores da comunidade, no período entre agosto e outubro de 2025. O contato com os entrevistados ocorreu em suas propriedades, respeitando suas rotinas de trabalho e priorizando o ambiente familiar. Essa proximidade facilitou a obtenção de informações detalhadas e espontâneas, enriquecendo o material empírico da pesquisa. Como destaca Marconi e Lakatos (2002, p. 94):

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (Marconi e Lakatos, 2002, p. 94)

As fontes de dados dividiram-se entre primárias e secundárias. As fontes primárias corresponderam às entrevistas e às observações realizadas no assentamento, enquanto as secundárias incluíram sites, artigos científicos, dissertações e documentos institucionais sobre agricultura familiar e agricultura camponesa. A utilização de diferentes tipos de fontes possibilitou uma triangulação de informações, assegurando maior consistência à análise e ampliando o entendimento sobre o fenômeno estudado.

O processo de registro e tratamento dos dados envolveu a gravação e transcrição integral das entrevistas, feitas por meio do aplicativo de transcrição (*Sound Type AI*), seguida de revisão manual para correção de eventuais imprecisões. Essa etapa exigiu escuta atenta e comparação entre áudio e texto, a fim de preservar a autenticidade das falas. As narrativas foram organizadas em categorias temáticas, conforme os objetivos da pesquisa. O procedimento de análise privilegiou a interpretação qualitativa e a identificação de sentidos presentes nas falas dos agricultores.

A pesquisa seguiu os princípios éticos recomendados para estudos de campo. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e propósitos do trabalho e autorizaram o uso de suas falas e imagens. A relação de confiança entre pesquisador e comunidade foi fundamental para a realização das entrevistas, fortalecendo o compromisso de respeito e valorização mútua. Essa postura ética permitiu que o trabalho se desenvolvesse com transparência e responsabilidade. Como complementam Marconi e Lakatos (2002, p. 96):

O pesquisador deve entrar em contato com o informante e estabelecer, desde o primeiro momento, uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objeto, relevância e ressaltar a necessidade da colaboração. É importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando-lhe o caráter confidencial de suas informações. (Marconi e Lakatos, 2002, p. 96)

Nesse sentido os capítulos e subtítulos dessa pesquisa estão divididos da seguinte forma: O capítulo dois, está dividido em subtítulos que tratam de três categorias centrais; o conceito de campesinato, agricultura familiar e as estratégias de reprodução social. Assim como o histórico do MST no Rio Grande do Sul. Já o capítulo três, busca apresentar o campesinato em São Borja-RS, e traz em seus subtítulos, à apresentação do município de São Borja-RS, como também a localização, o histórico e as estratégias de reprodução social do Assentamento Cristo Redentor. E no capítulo quatro, eu trago minhas considerações finais, em relação às análises e observações durante a pesquisa bibliográfica e de campo.

## **2 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

O referencial teórico deste Trabalho de Conclusão de Curso, integra três categorias de forma articulada, evidenciando suas inter-relações e complementaridades. O campesinato, sendo compreendido como o sujeito histórico que dá origem a essas dinâmicas. A agricultura familiar, como expressão contemporânea institucionalizada desse modo de vida. E as estratégias de reprodução social, como o conjunto de práticas que asseguram sua continuidade e resistência. Essa articulação revela a complexidade das transformações ocorridas no meio rural e reforça o caráter político, econômico e cultural das lutas camponesas, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Assim, o referencial teórico não apenas sustenta a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes, mas também constitui o alicerce conceitual para compreender os processos de permanência, resistência e transformação que caracterizam os sujeitos do campo atualmente.

O primeiro subtítulo, dedicado ao campesinato, desenvolve uma abordagem histórica, sociológica e política que o reconhece como uma forma social específica de produção e de existência, dotada de racionalidade própria e marcada por relações de solidariedade, cooperação e vínculo com o território. Longe de ser um vestígio do passado, o campesinato é compreendido como um ator social ativo, que resiste e se adapta às transformações do capitalismo agrário. São conceituadas as formas de organização do trabalho familiar, os valores simbólicos do território e as disputas conceituais entre as categorias “camponês” e “agricultor familiar”. O debate evidencia as tensões entre a identidade política construída pelos movimentos camponeses e as concepções institucionais que tendem a enquadrar o pequeno produtor sob uma ótica tecnicista e mercadológica.

O segundo, aprofunda a discussão sobre a agricultura familiar, categoria que adquire relevância a partir de sua institucionalização e reconhecimento nas políticas públicas voltadas ao meio rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006. O capítulo busca compreender a dupla natureza dessa categoria: de um lado, sua importância na valorização do trabalho familiar, na ampliação do acesso a crédito e na promoção da segurança

alimentar, e de outro, sua utilização como instrumento de integração subordinada ao modelo de desenvolvimento rural dominante. O debate teórico presente nessa categoria, permite evidenciar tanto o papel emancipador quanto às limitações estruturais da agricultura familiar diante da concentração fundiária e da expansão do agronegócio.

A terceira categoria, desenvolvida neste capítulo, aborda as estratégias de reprodução social das famílias rurais, compreendidas como práticas múltiplas e articuladas que garantem a continuidade da vida no campo. São analisadas dimensões econômicas, culturais e políticas dessas estratégias, que envolvem a diversificação produtiva, a pluriatividade, o associativismo, as redes de cooperação, a agroecologia e o acesso a programas institucionais, como o PAA, o PNAE e o PRONAF. O capítulo demonstra que a reprodução social vai além da lógica econômica, pois engloba também os aspectos simbólicos, identitários e culturais que sustentam o pertencimento e a permanência dos sujeitos no território rural.

O quarto item deste capítulo, traz um pouco da história de luta do MST no Rio Grande do Sul, a partir de 1979, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante na região de Sarandi-RS. Assim como também as lutas de Encruzilhada Natalino em 1981, e também o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizados no Estado do Paraná, marcando oficialmente a fundação do MST. E no ano de 1985, ocorre o 1º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, consolidando que somente a ocupação de terras, seria a principal forma de luta.

## **2.1 O Campesinato**

A compreensão do campesinato no Brasil exige uma abordagem histórica, política e econômica que reconheça a complexidade dos sujeitos e das práticas envolvidas. O conceito de campesinato não deve ser reduzido a uma categoria antiquada ou ultrapassada, mas entendido como uma forma específica de organização social e produtiva que resiste, adapta-se e se transforma frente às pressões do modelo capitalista de desenvolvimento rural. De acordo com Bombardi (2003), o camponês brasileiro tem enfrentado, historicamente, inúmeros desafios, desde intempéries climáticas e dificuldades financeiras até a marginalização em políticas públicas, mas se mantém no campo por meio de estratégias que vão além

da lógica econômica, baseadas na solidariedade, cooperação e no vínculo com a terra.

O camponês é aquele que resiste a todas as advertências presentes no campo, e essa resistência não se restringe ao enfrentamento das adversidades econômicas, mas também à manutenção de uma cultura agrária que valoriza a cooperação, a transmissão de saberes tradicionais e o trabalho coletivo. A lógica de produção camponesa favorece o estabelecimento de relações de proximidade e solidariedade, sendo estas visíveis nas cooperativas e nos intercâmbios de conhecimento entre pequenos produtores. Essa lógica difere profundamente da racionalidade capitalista baseada na competitividade e na maximização do lucro. Nesse sentido Bombardi (2003, p.112) declara que:

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diverso do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. (Bombardi. 2003, p.112)

No mesmo sentido, Fernandes (2004) propõe a leitura do campesinato a partir da ideia de território como espaço de disputa e de construção social. Para ele, os assentamentos, as ocupações e as formas de resistência camponesa devem ser compreendidos como espaços de inclusão, enquanto as políticas públicas neoliberais operam como mecanismos de exclusão social no campo. Ao analisar as políticas implementadas a partir dos anos 1990, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso, Fernandes (2004) argumenta que houve uma tentativa deliberada de desmobilizar o campesinato, substituindo a luta pela terra por um discurso tecnocrático centrado na agricultura familiar como categoria econômica. Nessa perspectiva, Fernandes (2004, p, 20) atribui que:

Para impedir esses processos, para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado”. (Fernandes. 2004, p. 20)

De acordo com Fernandes (2004), o espaço rural deve ser compreendido como território, isto é, uma construção social marcada por relações políticas e econômicas contraditórias. É nesse território que o campesinato se firma como agente social e político. Para o autor, a territorialização da luta pela terra por meio das ocupações e dos assentamentos é interpretada como uma forma de recriação do campesinato e de

intensificação da questão agrária. Essa recriação desafia o paradigma da integração total ao mercado, reafirmando a existência de sujeitos sociais que operam por outras lógicas. Sendo assim Fernandes (2004, p. 19) acrescenta:

Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re) criação do campesinato. E recriação quer dizer intensificação da questão agrária. (Fernandes. 2004, p.19)

Essa substituição semântica tem implicações profundas. Conforme Pereira (2023), o conceito de agricultor familiar surge como uma estratégia do Estado neoliberal para esvaziar o conteúdo político do campesinato e promover sua integração subordinada ao mercado. A autodeclaração camponesa, portanto, representa uma forma de resistência identitária frente ao avanço da lógica capitalista, que tenta desarticular as formas tradicionais de organização rural.

Pereira (2023) reforça essa perspectiva ao afirmar que a autodeclaração como camponês além de representar um ato de resistência frente ao avanço do capitalismo é também uma tentativa de incorporação compulsória ao mercado. O conceito de agricultor familiar, segundo o autor, surgiu como uma construção política do Estado para substituir o termo "camponês", considerado carregado de conotações ideológicas ligadas à luta pela terra e à resistência. Segundo Pereira (2023, p. 176 e 177):

Nos dias de hoje, mais do que nunca, a autodenominação de camponês é sinônimo de resistência e negação à integração, ao mercado e ao sistema capitalista...../ a luta pelo reconhecimento e pela resistência camponesa, tanto do ponto de vista prático (modo de ser no cotidiano) quanto no campo teórico (a própria utilização do termo camponês nas políticas públicas), torna-se uma necessidade frente às categorias que surgem como estratégia do Estado conservador neoliberal, e a favor da burguesia, que busca desarticular a classe camponesa, inserindo no campo teórico e político categorias que visam dividir a população campesina, no intuito de apresentar a realidade do campo brasileiro como homogênea, livre de conflitos e desigualdades. (Pereira. 2023, p. 176-177)

A teoria clássica de Alexander Chayanov citado por Ghizelini e Araguão (2019), ajuda a compreender melhor essa resistência. Para Chayanov (1974), o camponês possui uma lógica produtiva distinta da lógica empresarial capitalista. Sua unidade de produção é familiar, voltada para a subsistência e para a reprodução social, e não para a maximização do lucro. A economia camponesa combina trabalho e vida familiar, orientando-se pela lógica da suficiência e não pela acumulação. Essa concepção é fundamental para entender por que o campesinato persiste mesmo frente às investidas do capital. Como ressaltam Ghizelini e Araguão (2019, p.97):

(...)a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. (Ghizelini e Araguão. 2019, p. 97)

Wanderley (2014) também oferece uma contribuição importante nesse debate, ao afirmar que mais do que uma simples forma de produzir, o campesinato corresponde a um modo de vida e a uma cultura. Sendo necessário que se desenvolva a compreensão das estratégias desenvolvidas por esses produtores camponeses, na formação e ocupação dos espaços agrários do Brasil. Segundo Wanderley (2014), esse modo de vida é marcado por práticas coletivas, pela solidariedade intergeracional e por uma relação simbólica e prática com a terra. Ao contrário do que afirmam os teóricos da modernização agrícola, o camponês não é um produtor em extinção, mas um sujeito que se adapta, reinventa e resiste por meio de estratégias próprias. Conforme Wanderley (2014, p. 26):

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (Wanderley. 2014, p. 26)

Wanderley (2014) observa que o modo de vida camponês é caracterizado pela cooperação e solidariedade, princípios estranhos à competitividade capitalista. Assim, não se trata apenas de uma diferença na forma de produzir, mas de uma diferença ontológica sobre o que significa viver e trabalhar no campo. Essa perspectiva se opõe frontalmente à narrativa que apresenta o desenvolvimento rural apenas como sinônimo de modernização tecnológica.

Outro ponto fundamental é a questão da resistência ao modelo latifundiário. Wanderley (2014) argumenta que o campesinato resiste ao grande latifúndio de terras, que com seu poder de produção mecanizada e tecnológica acaba ofuscando a pequena propriedade. E ainda assim, os camponeses continuam a produzir e abastecer os mercados locais com alimentos saudáveis e diversificados. E a revalorização do campesinato nos discursos dos movimentos sociais é um indicativo de sua vitalidade. Conforme Wanderley (2014, p. 30):

Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”. Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. (Wanderley. 2014, p. 30)

O campesinato brasileiro, portanto, não pode ser entendido apenas como resquício do passado. Trata-se de uma categoria social viva, dinâmica, e que tem papel fundamental no abastecimento alimentar e na manutenção da diversidade sociocultural do campo. Sendo os agricultores camponeses responsáveis por grande parte da produção de alimentos que chega às mesas dos brasileiros, mesmo sendo historicamente excluídos dos processos decisórios sobre os rumos da política agrícola nacional. Conforme afirma Altafin (2007, p. 19):

Segundo dados do estudo Inkra/Fao (2000), o universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. (Altafin. 2007, p. 19)

A marginalização do conceito de campesinato por políticas neoliberais, não impediu a organização política desses sujeitos. O surgimento de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais evidencia a capacidade de mobilização e de formulação de alternativas do campesinato. A criação desses movimentos e suas ações permanentes de luta pelo acesso à terra mantêm viva a questão agrária e demonstram a vitalidade política do campesinato. Como afirma Wanderley (2014, p. 29):

No que se refere ao meio rural, é fundado, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Por sua vez, o Movimento Sindical Rural, que existia desde o início dos anos 1960, se fortalece, então, sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). (Wanderley. 2014, p. 29)

Além disso, os camponeses têm desenvolvido formas próprias de enfrentamento às pressões do agronegócio e da financeirização da terra. A produção diversificada, o uso reduzido de insumos químicos e o cultivo voltado ao autoconsumo são exemplos de estratégias que possibilitam maior autonomia frente às cadeias produtivas controladas pelo capital. Para Ghizelini e Araguão (2019, p. 97):

... agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em

detrimento do lucro e da acumulação de capital. (Ghizelini e Araguão. 2019, p. 97)

A relação entre campesinato e território também é fundamental para entender sua persistência. A territorialização das lutas sociais, por meio de assentamentos, feiras agroecológicas, bancos de sementes crioulas e outras práticas, representa a âncora territorial da identidade camponesa. Essa identidade está vinculada a uma concepção ampliada de terra, que vai além do aspecto econômico e inclui dimensões simbólicas, culturais e ecológicas. Ghizelini e Araguão (2019) destacam que o campesinato atual, mesmo inserido em dinâmicas de mercado, mantém práticas e valores que contradizem a lógica da monocultura e da maximização de lucros. Fernandes (2004, p. 27) complementa:

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra. (Fernandes. 2004, p. 27)

É importante destacar ainda que o campesinato brasileiro é profundamente heterogêneo. Conforme Baiardi 1999 (apud Altafin, 2007), é possível identificar diferentes formas de agricultura camponesa, desde aquelas altamente tecnicizadas e inseridas em mercados específicos até outras marginalizadas excluídas das políticas públicas, e com baixo acesso a recursos produtivos. Essa diversidade impõe o desafio de construir políticas públicas sensíveis às realidades locais e às necessidades específicas de cada grupo camponês. Descrito em Altafin (2007, p. 17):

Na literatura é possível encontrar diferentes tipologias para categorizar a agricultura familiar, como, por exemplo, a proposta por Amílcar Baiardi (1999). O autor estabelece cinco categorias:

Tipo A: tecnicizado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;

Tipo B: integrado verticalmente em Complexos Agro-Industriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes. (Altafin. 2007, p. 17)

Em síntese, o campesinato no Brasil segue como uma categoria social e analítica relevante para pensar o desenvolvimento rural, a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental. Longe de ser uma figura do passado, o camponês se apresenta como sujeito político ativo, que resiste ao avanço da mercantilização da agricultura e contribui com propostas concretas para a construção de um campo mais justo, solidário e sustentável. Como afirmam Rosa, Nascimento e Mendonça (2012), que ao diversificar suas fontes de rendimento e manter práticas produtivas não subordinadas ao capital, o campesinato nega a lógica da monocultura e reafirma sua autonomia.

Dessa forma, ao analisarmos a realidade da agricultura familiar, é imprescindível reconhecer as marcas do campesinato na organização das práticas produtivas, nas formas de sociabilidade e nas estratégias de resistência frente às adversidades econômicas e políticas. O reconhecimento do campesinato como agente histórico, político e produtivo é um passo necessário para compreender as transformações do espaço rural brasileiro e os desafios enfrentados por aqueles que vivem da terra e com a terra.

### 2.1.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar no Brasil representa um pilar fundamental na estrutura agrária e no abastecimento alimentar nacional. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, ela não é uma forma ultrapassada ou marginal de produção, mas uma modalidade adaptativa e complexa, enraizada em múltiplos contextos históricos, sociais e econômicos. De acordo com Ghizelini e Araguão (2019, p. 2), a categoria agricultura familiar emergiu, especialmente a partir da década de 1990, como ferramenta de reconhecimento social, político e jurídico das unidades familiares de produção. Essa institucionalização permitiu o acesso a políticas públicas e o fortalecimento de uma identidade coletiva entre os agricultores.

O ator social, ao qual a categoria diz respeito, consegue se enxergar, ter identificação e se reconhecer no conceito atribuído externamente, sobretudo por esse fazer referência de modo tão específico e generalizante ao mesmo tempo, ao que emerge de mais importante nesse modo de vida de fazer e viver no campo. (Ghizelini e Araguão. 2019, p. 2)

Entretanto, como adverte Pereira (2023), a agricultura familiar não deve ser

entendida como sinônimo de campesinato. Enquanto o campesinato remete a uma lógica produtiva voltada à reprodução social e à autonomia em relação ao capital, a agricultura familiar surge, em muitos casos, como uma categoria jurídica moldada por políticas neoliberais. E dessa forma a adoção da expressão ‘agricultura familiar’ visou neutralizar o conteúdo político do termo ‘camponês’, tornando-o mais palatável às exigências do mercado e da tecnocracia estatal. Nessa perspectiva, Pereira (2023, p. 177), destaca que:

É neste âmbito que, na década de 1990, no período neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, durante a intensificação do processo de reestruturação produtiva, foi apresentada a categoria “Agricultura Familiar”, utilizada agora como o foco central das políticas públicas e tendo seus sujeitos nomeados como agricultores familiares e não mais camponeses que antes eram assistidos por programas governamentais, como o Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária (PROCERA). (Pereira. 2023, p. 177)

Nesse sentido, a análise crítica proposta por Lara Altafin (2007) é central. A autora destaca que a agricultura familiar não é um conceito homogêneo, sendo apropriado de maneira distinta por diferentes atores sociais: o Estado, a academia e os próprios agricultores. No campo das políticas públicas, ela funciona como uma categoria operacional, já na esfera acadêmica, há o esforço de compreender suas especificidades a partir de uma perspectiva histórica e social. É esse segundo enfoque que permite identificar as continuidades entre agricultura familiar e campesinato, especialmente quanto à centralidade da mão de obra familiar, à vinculação com a terra e à resistência cultural. Para Altafin (2007, p. 1):

.....a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo. (Altafin. 2007, p. 1)

A institucionalização da agricultura familiar, com marcos como o PRONAF (1996) e a Lei 11.326/2006, contribuiu para dar visibilidade a esse setor produtivo. A legislação define critérios claros para caracterizar o agricultor familiar, como possuir até quatro módulos fiscais, utilizar majoritariamente mão de obra familiar, auferir renda predominantemente da atividade agrícola e ter a gestão da unidade nas mãos da própria família (Brasil, 2017). Esses critérios, no entanto, privilegiam aspectos formais e deixam de lado elementos como a diversidade produtiva, o uso de práticas agroecológicas e os vínculos comunitários que marcam a realidade de muitos agricultores. O Decreto nº. 9.064, de 31.05.2017, regulamenta a Lei mencionada e, de

acordo com seus dispositivos legais – incisos I a IV do

Art. 3º –, é classificado como agricultor familiar todo aquele que cumprir simultaneamente os seguintes critérios:

- I. possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais
- II. utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III. auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV. ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL, 2017)

Altafin (2007) recupera a teoria de Alexander Chayanov (1974), para afirmar que a lógica da agricultura familiar, mesmo quando integrada ao mercado, segue distinta da lógica empresarial. A unidade doméstica familiar é orientada não pela maximização do lucro, mas pela suficiência, considerando o bem-estar da família como o elemento central. Mesmo diante da pressão por modernização, muitos agricultores familiares mantêm práticas combinadas de autoconsumo e comercialização de excedentes, articulando modernidade e tradição. Mesmo quando inserida no mercado, a agricultura familiar tende a manter práticas de autoconsumo, diversificação produtiva e gestão coletiva do trabalho. Assim, conforme Altafin (2007, p. 3):

Em sua argumentação, Chayanov não nega o interesse da família agricultora de obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família. (Altafin. 2007, p. 3)

Para Fernandes (2004), a categoria "agricultura familiar" não pode ser analisada sem considerar seu papel político. Segundo o autor, a agricultura familiar foi utilizada como forma de neutralizar o conflito social no campo, apresentando uma imagem pacificada do mundo rural. Isso se deu, por exemplo, com a substituição da assistência técnica por crédito direcionado, criando uma seleção implícita entre agricultores considerados viáveis e os demais. Conforme Fernandes (2004, p. 23):

Assim, no "novo mundo rural" não existem conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média (sic), estão consolidados. Nesse processo extraordinário, os trabalhadores entram como sem-terra e saem como agricultores familiares, prontos para o mercado, prontos para se tornarem prósperos capitalistas. (Fernandes. 2004, p. 23)

Pereira (2023) alerta que o uso político indiscriminado do termo agricultura

familiar pode ocultar desigualdades e apagar a história de resistência do campesinato. E que o conceito de agricultura familiar cumpre uma função política de desmobilização dos sujeitos camponeses, convertendo-os em agentes produtivos adaptados à lógica do mercado.

O posicionamento político é, muitas vezes, o verdadeiro divisor de águas: assim como pode dar visibilidade a uma classe, também pode invisibilizá-la. Essa exclusão ou invisibilidade da classe camponesa na atualidade é reflexo de um jogo de interesses em que o Estado, junto aos barões do agronegócio, cria e recria medidas para desarticular e demudar a imagem dos movimentos sociais do campo, criando uma visão fantasmagórica e marginal dos que lutam por democracia e qualidade de vida no campo, desconfigurando a discussão conceitual. (Pereira. 2023, p 181)

Além de seu papel produtivo, a agricultura familiar tem funções sociais, ambientais e culturais relevantes. Ela é responsável por cerca de 84% dos estabelecimentos rurais do país e emprega mais de 70% da mão de obra no campo (IBGE, 2006), no entanto ocupa apenas 24% da área total, evidenciando a concentração fundiária ainda vigente. Apesar disso, produz a maior parte dos alimentos que abastecem os mercados locais e regionais, assegurando a soberania alimentar da população. Para Wanderley (2014), a agricultura familiar tem sido uma alternativa viável à modernização produtivista, promovendo desenvolvimento rural com menor impacto ambiental.

Nesse ponto, destaca-se a crescente valorização da agricultura ecológica e da agroecologia dentro da agricultura familiar. Muitos agricultores têm recorrido a práticas sustentáveis, tanto por convicção quanto por necessidade. Conforme Wanderley (2014, p. 31):

Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”. Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. (Wanderley. 2014, p. 31)

Isso revela que, mesmo dentro do campo da agricultura familiar, resiste a racionalidade camponesa, voltada à sustentabilidade e à reprodução da vida. Altafin (2007) destaca também as funções sociais e ambientais da agricultura familiar. Ela desempenha um papel fundamental na conservação ambiental e na valorização de sistemas produtivos sustentáveis, especialmente quando ligada a movimentos agroecológicos. Mesmo pressionada pelo mercado, a agricultura familiar continua sendo uma das formas mais sustentáveis de uso da terra. Conforme a autora:

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. (Altafin, 2007, p. 20)

Ao analisarmos a distinção entre agricultura familiar e agricultura empresarial também é importante destacar que, enquanto a empresarial está pautada na busca por escala, mecanização e maximização do lucro, a agricultura familiar mantém, mesmo com inserção parcial no mercado, a centralidade do trabalho familiar, a diversidade produtiva e os vínculos com o território. Porém, Fernandes (2004) argumenta que a integração da agricultura familiar ao mercado promove uma diferenciação interna, favorecendo os mais capitalizados e marginalizando os demais. Isso reforça a necessidade de políticas públicas redistributivas, que assegurem condições mínimas de permanência dos agricultores no campo.

É fundamental, reafirmar que esse novo momento é resultado da inexistência de uma política de reforma agrária, da extinção dos programas de escassas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária. (Fernandes, 2004, p. 20)

Porém deve-se levar em conta a contribuição da agricultura familiar como agente de reprodução social assim como o campesinato, mesmo que o termo agricultura familiar esteja relacionado ao mercado capitalista. Pois o agricultor familiar desenvolve dentro de seu vínculo familiar de produção, o devido aproveitamento dos recursos naturais existentes em sua pequena propriedade. Como ressalta Altafin (2007), a agricultura familiar tem seu reconhecimento como um importante ator social e cultural, contribuindo na relação entre o rural e o urbano.

Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, nessa componente, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque. (Altafin. 2007, p. 21 e 22)

Por fim, é necessário reconhecer que a agricultura familiar não é apenas uma categoria econômica, mas também um modo de vida. Seus praticantes carregam valores, saberes e práticas que contribuem para a preservação da diversidade cultural e ambiental do Brasil. Observa-se que a agricultura familiar é marcada pela

cooperação entre vizinhos, pela transmissão intergeracional de conhecimentos e pela valorização do trabalho com a terra, o que a aproxima das práticas camponesas tradicionais.

### 2.1.2 Estratégias de Reprodução Social

As estratégias de reprodução social do campesinato e da agricultura familiar são múltiplas e complexas, articulando dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Reproduzir-se socialmente significa mais do que apenas sobreviver, é manter modos de vida, consolidar identidades e garantir a permanência no campo. Não significa apenas garantir a subsistência, mas também assegurar a continuidade dos modos de vida, a permanência no território e a transmissão de valores familiares e comunitários.

Conforme Rosa, Nascimento e Mendonça (2012), a diversificação produtiva é uma importante estratégia desenvolvida pelo agricultor camponês. Na qual ele consegue assegurar o seu orçamento e subsídio dentro da propriedade. Ao contrário da monocultura típica do agronegócio que concentra riscos e fragilidades, a produção diversificada desses agricultores camponeses, permite maior autonomia, segurança alimentar e resiliência frente às oscilações do mercado.

A estratégia de disponibilizar diferentes produtos como, milho, cana, feijão, arroz, hortaliças, pequenos animais (frango, suínos, etc), leite, queijo, requeijão, etc, faz com que os camponeses sempre tenham outros produtos para garantir sua renda. Além disso, essa diversificação abre precedência para que os camponeses desenvolvam seus próprios mecanismos de comercialização, como as feiras camponesas, passando a controlar também a circulação de seus produtos. (Rosa, Nascimento e Mendonça, 2012, p. 6)

Essa diversificação não se restringe ao tipo de cultura cultivada. Ela envolve também atividades não agrícolas, como o artesanato, o turismo rural, a prestação de serviços, a criação de animais, entre outros. Tais práticas configuram o que Conterato (2008) denomina de pluriatividade, entendida como estratégia de reprodução social articulada às condições locais e às decisões internas das famílias. A pluriatividade não é apenas uma imposição do mercado ou da escassez de recursos, é ela muitas vezes, fruto de um planejamento consciente, baseado em conhecimentos tradicionais e nas possibilidades oferecidas pelo território.

Por isso, para se compreender que tipo de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução

social, Marsden (1995) atesta a necessidade de analisar as relações sociais internas das propriedades e os seus processos produtivos, minimizando o risco de supor que a pluriatividade seja um fenômeno impulsionado exclusivamente por fatores externos, desconsiderando qualquer aspecto exógeno, como idade, número de membros e escolaridade dos indivíduos. (Conterato, 2008, p. 72)

Nesse sentido, Conterato (2008) adverte que é necessário considerar os fatores internos às famílias e às comunidades na formulação de políticas públicas. As estratégias de reprodução social são moldadas não apenas por fatores externos (como preços agrícolas, crédito ou assistência técnica), mas também por elementos internos, como a composição familiar, os ciclos de vida, os saberes locais e os vínculos comunitários.

Os processos sociais e econômicos que estruturam determinados modos de produção (o conjunto das relações de produção e de trabalho) e formas de sociabilidade (o conjunto das manifestações culturais, tradições, étnicas, etc.), influenciam e conduzem a determinadas estratégias de reprodução social das famílias e dos indivíduos. (Conterato, 2008, p. 72)

Segundo Conterato (2008), a pluriatividade não pode ser compreendida apenas como resultado de limitações estruturais, mas também como escolha racional. Ao diversificar atividades, o agricultor familiar aumenta sua capacidade de resistência frente às adversidades climáticas, às oscilações de preços e à escassez de crédito. Além disso, essa estratégia contribui para o fortalecimento de redes de solidariedade e trocas dentro das comunidades rurais.

Outro aspecto relevante é a relação dos agricultores com o mercado. Muitas vezes, o camponês é forçado a inserir parte de sua produção em cadeias dominadas pelo agronegócio, como nas produções de leite, fumo ou aves. Isso gera dependência e reduz o poder de negociação dos pequenos produtores. Como afirmam Rosa, Nascimento e Mendonça (2012, p. 5):

Desta forma, as possibilidades de apropriação da renda da terra pelos camponeses se complexifica ainda mais. Parte de sua produção é para seu consumo interno (subsistência), outra parte do produto de seu trabalho assume a forma de mercadoria. Ou seja, nos liames do modo capitalista de produção, parte do que os camponeses produzem não se tornam renda (em dinheiro), por não se tornarem mercadorias e a parte que é produzida para o mercado, na maioria das vezes, é apropriada pelo capital na circulação, na sujeição da renda da terra ao capital. (Rosa, Nascimento e Mendonça. 2012, p. 5)

Sendo a apropriação da renda da terra pelo capital, um dos principais entraves à reprodução social autônoma do campesinato. Rosa, Nascimento e Mendonça (2012) evidenciam como parte da produção camponesa não se transforma em renda

monetária, permanecendo no âmbito do autoconsumo ou das trocas informais. Isso não significa improdutividade, mas sim uma racionalidade distinta da capitalista, onde o valor de uso e a segurança alimentar têm prioridade sobre o valor de troca.

Frente a esse cenário, a organização coletiva surge como uma importante estratégia. A criação de cooperativas, redes de economia solidária, movimentos sociais, associações, feiras agroecológicas e bancos de sementes. São formas encontradas pelos agricultores para garantir melhores condições de produção, comercialização e acesso a recursos. Além disso, essas formas de organização fortalecem os laços comunitários e reafirmam a identidade camponesa. Segundo Wanderley (2014, p. 30):

Assim sendo, mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. (Wanderley. 2014, p. 30)

Frente à pressão da lógica empresarial, muitos agricultores têm apostado em práticas agroecológicas como forma de resistência e de afirmação de suas identidades. Tais práticas, além de contribuírem para a sustentabilidade ambiental, também reduzem custos e fortalecem o controle do agricultor sobre o processo produtivo. França (2022) argumenta que o desenvolvimento rural deve ser pensado a partir de práticas sustentáveis que assegurem a reprodução social, cultural e econômica das famílias agricultoras.

O desenvolvimento rural também diz respeito ao incremento de novas formas de redução de custos, através da elaboração de novas trajetórias tecnológicas e da produção e reprodução de bases de conhecimentos específicos, associados, partindo da diversificação de possibilidades de rendas, sejam elas agrícolas ou não, e estratégias de sobrevivência familiares que sejam capazes de garantir a reprodução social, cultural e econômica. (França, 2022, p. 30)

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância das estratégias construídas localmente, baseadas no conhecimento tradicional e na experiência acumulada das famílias camponesas. A educação no campo também desempenha papel crucial na reprodução social. Ela contribui para a valorização da identidade rural, para a formação política dos jovens e para a transmissão de saberes tradicionais. Iniciativas como as escolas rurais têm ajudado a manter os jovens no campo, evitando o êxodo e promovendo a renovação geracional da agricultura familiar.

Segundo Conti et al. (2014) a educação do campo revela-se como um

importante instrumento na reprodução social das comunidades camponesas, sendo um espaço onde saberes, experiências, valores, memória social e estratégias de resistência serão compartilhados pelas próximas gerações. A parceria da família, da escola, de grupos comunitários e de assistência técnica proporciona às comunidades um modelo formativo contextualizado, que respeita suas especificidades culturais, geográficas e econômicas. Segundo Conti et al. (2014, p. 2) “Deve, portanto, priorizar em seus currículos conteúdos que se relacionem ao lugar e ao desenvolvimento sustentável de forma a valorizar os saberes tradicionais e os novos conhecimentos.”

Ainda neste contexto, o envolvimento das comunidades junto às escolas proporciona uma parceria na definição de conteúdo curriculares que estão relacionados às experiências vividas pelas comunidades, aumentando o envolvimento de todos nas atividades pedagógicas. Dessa maneira, os conteúdos trabalhados nas escolas estão articulados às demandas do meio rural, sendo um elo importante na preservação das comunidades Sant Ana (2024, p. 2-3)

As escolas, aliadas à comunidade, desempenham papel fundamental ao transmitir aos alunos conhecimentos sobre o local em que vivem, incluindo aspectos geográficos e históricos. Esses conhecimentos são essenciais para que os estudantes possam se sentir parte integrante desse meio e reconhecer sua importância e papel dentro dele. Em contextos rurais, esse processo de conhecimento e reconhecimento do local está estreitamente relacionado às atividades presentes na região. Cada comunidade tem suas particularidades, incluindo, sobretudo, as formas de ensinar e aprender sobre o mundo. (Sant Ana. 2024, p. 2-3)

Outra estratégia importante é o acesso às políticas públicas. Programas como o PRONAF, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) têm contribuído para integrar os agricultores familiares aos mercados institucionais, garantindo renda e escoamento da produção e sucessivamente a reprodução de sua categoria em meio ao mercado capitalista, mesmo que esse agricultor não usufrua de todo o aparato moderno do grande latifúndio. Como apontado por França (2022, p. 39 e 40)

.....o PRONAF foi a primeira e mais importante política pública de crédito rural para a agricultura familiar. Na sequência surgiram outras ao longo dos anos, em particular a partir do século XXI, quais sejam: Garantia Safra (2002), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) (safra 2004/05), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (2006), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (2010), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) (2004), Programa Mais Alimentos (2008), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2009). Todos estes são exemplos dessa nova tendência de implementação dos mecanismos de política agrícola direcionados à agricultura familiar. (França. 2022, p. 39-40)

Sendo assim, observa-se que os agricultores familiares utilizam diversas estratégias para garantir sua reprodução social. A venda direta em feiras, a produção diversificada, o apoio de redes familiares e a participação em organizações locais são práticas recorrentes. Apesar das dificuldades enfrentadas, como acesso limitado ao crédito, infraestrutura precária e oscilações de preços, esses agricultores persistem, reinventam-se e resistem. Ghizelini e Araguão (2019), concluem que o campesinato segue atual e relevante, funcionando como ferramenta analítica para compreender as formas de resistência frente à expansão do capital.

Agricultura familiar e campesinato estão mediados por relações que extrapolam a produção, pois passam pelo padrão tecnológico da produção, pelas relações familiares, pela relação com o conhecimento técnico-científico, pelas relações com os mecanismos de comercialização, pelas relações com a sociedade envolvente, enfim, a compreensão de como a agricultura de base familiar vem se organizando e se reproduzindo social, política e economicamente deve ser compreendida num contexto pensado e realizado enquanto um modo de vida, e não meramente como um padrão produtivo que sofre as consequência do capitalismo moderno. (Ghizelini e Araguão. 2019, p. 108)

Nesse sentido, é fundamental compreender que a reprodução social da agricultura familiar e do campesinato não se dá apenas pela inserção no mercado, mas pela capacidade de articular saberes, valores e práticas que assegurem a continuidade da vida no campo. Trata-se de uma luta cotidiana, silenciosa e muitas vezes invisibilizada, mas que representa a base da segurança alimentar e da diversidade cultural do Brasil.

Por fim, a manutenção do modo de vida camponês também depende do acesso à terra e à permanência no território. A luta por reforma agrária, a regularização fundiária e o reconhecimento da cultura camponesa tradicional, presente na estrutura agrária do Brasil. Sendo esses aspectos centrais nas estratégias de reprodução social.

## **2.2 Histórico do MST no RS**

O histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul remonta às raízes estruturais da questão agrária brasileira. Desde a colonização portuguesa, marcada pela ocupação concentrada da terra, pela monocultura de exportação e pela escravidão, consolidou-se um padrão fundiário excludente que atravessou séculos e moldou profundas desigualdades sociais. A

promulgação da Lei de Terras de 1850 reforçou esse processo ao institucionalizar a compra como única via de acesso à terra, excluindo os camponeses pobres e favorecendo a perpetuação dos latifúndios. Tal modelo foi ainda agravado por práticas como a grilagem e pela ausência de uma reforma agrária efetiva, o que deu origem a um cenário de exclusão no campo que se estendeu até o século XX. Medeiros (1989, p.146) destaque:

Uma das mais significativas foi a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Eles iriam constituir uma das bases da luta pela terra. (Medeiros 1989, p. 146)

Durante o regime militar, a situação dos trabalhadores rurais se agravou. A modernização agrícola, alicerçada em crédito subsidiado, mecanização seletiva e uso intensivo de agrotóxicos, beneficiou principalmente os grandes proprietários. Nesse processo, a pequena agricultura foi marginalizada, e milhares de famílias foram expulsas de suas terras, intensificando o êxodo rural. Ao mesmo tempo, a repressão política limitava a organização camponesa, retirando direitos básicos de manifestação e expressão. Contudo, a resistência persistiu, e posseiros, meeiros, arrendatários e assalariados rurais protagonizaram embates que colocaram em evidência as contradições do modelo agrário excludente.

De acordo com informações do site do MST (2025) e também análise feita no Jornal dos trabalhadores Sem-terra, nº 001 de maio de 1981. No Rio Grande do Sul, a luta pela terra ganhou novas dimensões a partir de 1979, quando centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante. Medeiros (1989) complementa que:

Os primeiros momentos de luta desses grupos foram ocupações de terra, isoladas. Em 1979, posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos índios e que não aceitaram a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, na região de Sarandi. (Medeiros. 1989, p. 147)

Pouco depois, em 1981, surge o acampamento da Encruzilhada Natalino, que se tornaria um marco da resistência camponesa à ditadura militar. Localizado em Ronda Alta, o acampamento mobilizou centenas de famílias e teve repercussão

nacional e internacional. Apesar da repressão violenta e da presença de tropas do exército, lideradas pelo Coronel Curió conforme consta no Jornal dos Sem-terra nº 010 de agosto de 1981. Os trabalhadores permaneceram por 208 dias em condições precárias, conquistando amplo apoio de setores da sociedade civil, incluindo sindicatos, entidades estudantis, parlamentares e a Igreja Católica.

Durante este período, a intervenção e repressão no acampamento foi comandada pelo Major do Exército Brasileiro, Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como “Coronel Curió”, considerado um dos principais especialistas em contra-insurgência no país, “famoso” por sua atuação contra a Guerrilha do Araguaia nas décadas de 1960 e 1970 (em razão da qual foi denunciado por tortura pelo Ministério Público Federal) e por ter “pacificado” a Serra Pelada, no início de 1980. (MST, 2025)

A Encruzilhada Natalino consolidou-se como símbolo da luta contra o latifúndio e pela democratização da terra. Uma das grandes vitórias do movimento foi a decisão da Igreja Católica de adquirir uma área de 108 hectares para abrigar provisoriamente as famílias, coroando a resistência diante das adversidades. Esse episódio demonstrou a capacidade de organização dos trabalhadores rurais e evidenciou que a ocupação de terras seria o principal instrumento de contestação do autoritarismo estatal e da concentração fundiária. Foi a partir dessas experiências no Rio Grande do Sul que se formaram as bases políticas e sociais que deram origem ao MST em nível nacional. Nesse aspecto Medeiros (1989), explica que:

A luta de Encruzilhada Natalino, no entanto, não se esgotou aí. Recolocando de forma incisiva a questão da terra, inaugurando uma nova forma de luta, ela teve como principal fruto um processo de articulação de movimentos que tinham por uma de suas expressões as ocupações anteriormente mencionadas e que eram marcadas por uma profunda influência da Igreja. (Medeiros 1989. p, 148)

Em 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel-PR, foi oficialmente fundado o MST, fruto direto das lutas travadas em estados como o Rio Grande do Sul. O encontro definiu como objetivos centrais a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a transformação social do país. Logo no ano seguinte, em janeiro de 1985, aconteceu o 1º Congresso Nacional do Movimento, que consolidou a ocupação de terras como principal forma de luta e estabeleceu princípios organizativos como a autonomia frente a partidos e governos. O lema “Terra para quem nela trabalha” e a “Ocupação é a única solução” sintetizaram

a estratégia que passaria a orientar as ações do Movimento. Evento que contou com a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), conforme Jornal dos trabalhadores rurais sem-terra (janeiro de 1985):

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Organizadora do Congresso Nacional dos Sem Terra estão convocando o movimento sindical e popular para transformar o dia 31 de janeiro (dia do encerramento do Congresso) num dia de apoio à luta pela terra. A CUT está distribuindo uma circular, através da sua Secretaria Agrária. Para todos os sindicatos e entidades do movimento popular pedindo apoio a esta promoção. "Neste dia". diz a nota da CUT. "O Movimento dos Sem Terra estará realizando o seu primeiro Congresso Nacional em Curitiba. (Jornal Dos Sem Terra, 1985, p. 15)

Segundo o Jornal dos Sem-terra (1985), o Rio Grande do Sul voltou a ser palco de mobilizações decisivas em outubro de 1985, com a ocupação da Fazenda Annoni, uma das maiores ações do MST até então, reunindo milhares de famílias. Esse episódio representou não apenas a força do Movimento no estado, mas também o aprofundamento da luta pela reforma agrária em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, a conjuntura política nacional, marcada pela transição do regime militar para o governo civil e pela expectativa de implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), não correspondeu às demandas dos trabalhadores. Embora o plano previsse assentar 1,4 milhões de famílias, apenas cerca de 90 mil foram contempladas, resultado obtido sobretudo pela pressão direta das ocupações organizadas pelo MST. Nesse sentido a manchete do jornal dos sem terra de 1985, ressalta:

Ao contrário do que faz o governo, os trabalhadores rurais quando prometem cumprem à risca com a sua palavra. Foi o que aconteceu com as 2.500 famílias de sem-terra gaúchos que, à zero hora do dia 29 de outubro, ocuparam os 9.500 hectares improdutivos da Fazenda Annoni, município de Sarandi, na região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. (jornal dos Sem-terra, 1985, p. 8)

Com a redemocratização do país, o MST também atuou ativamente na Constituinte de 1988, garantindo a inclusão dos artigos 184 e 186 da Constituição Federal, que estabelecem a desapropriação de terras improdutivas e definem a função social da propriedade. Esse avanço jurídico fortaleceu a luta pela terra, pois conferiu base legal às reivindicações históricas dos trabalhadores rurais, consolidando o princípio de que a terra deve cumprir um papel social e coletivo, e não apenas ser um bem de exploração privada voltada ao lucro.

No entanto, o período seguinte foi marcado por forte repressão, principalmente

durante o governo Collor. Onde, a ofensiva contra os trabalhadores sem-terra intensificou-se, resultando em perseguições e obstáculos às desapropriações. Somente com Itamar Franco, a Lei Agrária (1993) foi regulamentada, criando as condições jurídicas para a efetivação da reforma agrária. Paralelamente, o MST ampliou sua articulação internacional, participando da criação da Via Campesina, que unificou organizações camponesas de diversos continentes em defesa da soberania alimentar e do direito à terra.

A década de 1990 trouxe novos desafios com a implementação de políticas neoliberais. No governo Fernando Henrique Cardoso, o avanço do agronegócio e das medidas provisórias contra as ocupações enfraqueceu a agricultura familiar. Nesse período, ocorreram também os massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), episódios marcados pela violência do Estado contra trabalhadores rurais organizados. Esses acontecimentos fortaleceram a percepção de que a luta pela terra ultrapassava os limites do campo e impactava toda a sociedade, principalmente em relação ao acesso a alimentos e à redução das desigualdades sociais. Nesse sentido Fernandes (2004, p. 19) destaca:

Dessa forma, o governo tenta refluir a luta dos trabalhadores sem-terra, procurando desmobilizá-los; transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a idéia de empreendimento, desenvolve uma parcíssima linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades. (Fernandes, 2004, p. 19)

O MST respondeu a esse contexto com grandes mobilizações nacionais. Entre elas, destacou-se a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária em 1997, realizada em memória das vítimas de Eldorado dos Carajás (MST, 2025). Essa ação reuniu milhares de trabalhadores que caminharam quilômetros em direção a Brasília, consolidando a luta como um movimento de dimensão nacional e popular. Em 1999, foi organizada a Marcha Popular pelo Brasil, em parceria com outras organizações sociais, reforçando a defesa da terra, do trabalho e da democracia frente ao avanço do agronegócio.

Na Jornada Nacional de Lutas, em 1999, os Sem Terra protestaram em vários estados contra as medidas do governo, como o Banco da Terra, a tentativa de extinção do Procefa e o projeto de emancipação dos assentamentos. A grande mobilização foi a Marcha Popular pelo Brasil, coordenada pelo MST, CUT, CMP, MMTR, MPA e a CNBB. Largando em 26 de julho, da frente da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, cerca de mil trabalhadores caminharam até Brasília, em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia. (MST

2025)

De acordo com dados do site do MST (2025), no início dos anos 2000, o MST já possuía presença em 23 estados brasileiros, reunindo cerca de 1,5 milhão de pessoas. Sua atuação se expandiu para além da luta pela terra, com a criação de cooperativas de produção, agroindústrias e associações comunitárias, além de importantes conquistas no campo da educação. Em 2000, o Movimento já contava com aproximadamente 1.500 escolas em assentamentos, atendendo 150 mil crianças e com mais de 3.500 professores, desenvolvendo uma pedagogia específica voltada ao campo. Nesse mesmo ano, o 4º Congresso Nacional, em Brasília, reuniu milhares de pessoas sob o lema “Por um Brasil sem latifúndio”, simbolizando a continuidade da luta.

A chegada de Lula à presidência em 2002 gerou expectativa de avanços significativos na reforma agrária. No entanto Firmiano (2014) destaca que, o fortalecimento do agronegócio exportador limitou a concretização dessas demandas, com a expansão de monoculturas como a soja, a cana-de-açúcar e a celulose, bem como a aquisição de terras por estrangeiros, recriando um modelo similar ao das antigas sesmarias coloniais, ampliando a concentração fundiária. Nesse cenário, o MST manteve sua resistência, reafirmando a defesa da agricultura familiar, da soberania alimentar e do uso social da terra como fundamentos de um projeto de transformação da sociedade.

No início do século XXI, o cenário agrário brasileiro foi marcado pela consolidação do agronegócio como modelo hegemônico de produção. Essa forma de organização, voltada essencialmente à exportação e ao atendimento dos interesses de grandes bancos e corporações transnacionais, reduziu ainda mais o espaço da pequena agricultura e enfraqueceu o debate público sobre a reforma agrária. Nesse sentido Firmiano (2014, p. 44), destaca que:

No Rio Grande do Sul, por exemplo, as principais empresas exportadoras do agronegócio que na década de 1990 eram nacionais, passaram, em 2004, para empresas transnacionais. Em 1990, eram 14 empresas que dominavam as exportações nos setores de carne de aves, defensivos agrícolas, máquinas agrícolas e soja, sendo 8 nacionais e 4 estrangeiras e 2 em composição entre capital nacional e internacional; em 2004, eram 10 empresas, com 5 nacionais e 5 estrangeiras, com amplo destaque para a Bunge, que concentrou o complexo da soja. (Firmiano. 2014, p. 44)

Segundo o Site do MST (2025), o discurso dominante afirmava que a reforma

não tinha mais relevância, já que o agronegócio se apresentava como motor do crescimento econômico do país. Contudo, essa retórica escondia a continuidade da concentração fundiária, da exclusão social no campo e da dependência externa na produção agrícola.

Nessa mesma perspectiva, Firmiano (2014) destaca que no ano de 1999, o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário (atual Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA), tornou público um documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”. Nesse sentido:

O documento assinalou que a ascensão e consolidação do agronegócio no final da década de 1990 não estava dissociada da constituição de um “novo mundo rural” que abarcasse também os pequenos estabelecimentos agropecuários e uma parcela dos assentamentos rurais. Ou seja, um mundo rural de convivência pacífica entre o agronegócio e a agricultura familiar – que, por seu turno, surgiu como a nova aposta política (e também teórica) – que deveria superar a ideia de que havia a necessidade de uma ampla e radical reforma agrária no Brasil. FIRMIANO (Firmiano. 2014, p. 45)

Diante dessa conjuntura, o MST intensificou suas reflexões e reposicionou suas estratégias de luta. A expansão das monoculturas, da produção de celulose e de energia voltada à exportação trouxe novos desafios, impondo a necessidade de uma crítica mais profunda ao modelo de desenvolvimento agrário. O Movimento passou a evidenciar que a questão agrária não se restringia à posse da terra, mas abrangia também o modo de produzir e as consequências sociais e ambientais desse processo. Nesse embate, a disputa se estabeleceu entre dois projetos distintos, onde de um lado o agronegócio, com sua lógica de monocultivo e mercado externo, e de outro, a agricultura familiar e camponesa, voltada à produção de alimentos para o consumo interno e sustentável. Segundo Firmiano (2014, p. 205):

Atualmente, o movimento aposta suas fichas no desenvolvimento de um padrão técnico-científico baseado na agroecologia, visando preservar o equilíbrio da relação entre o homem e a natureza. Além disso, os territórios da reforma agrária conquistados pelo MST estão livres da mortalidade infantil e da fome. São, ainda, mais de 2250 escolas públicas nos assentamentos e acampamentos, centenas de cursos técnicos, superiores e de especialização com a parceria de universidades públicas e instituições de ensino, além da Escola Nacional Florestan Fernandes. (Firmiano. 2014, p. 205)

Foi nesse contexto que o MST introduziu o conceito de Reforma Agrária

Popular (MST, 2025), ampliando o alcance de suas propostas e demonstrando que o tema não dizia respeito apenas aos trabalhadores sem-terra, mas a toda a sociedade brasileira. Esse novo conceito, buscava responder às demandas de uma população majoritariamente urbana, que necessitava de alimentos saudáveis, geração de empregos e equilíbrio ambiental. O Movimento passou a defender um programa de reorganização da economia, pautado na democratização da terra, na distribuição de renda e no respeito à natureza, articulando as necessidades do campo e da cidade. De acordo com o site do MST (2025):

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza. De maneiras que, todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política e da alienação ideológica e da destruição da natureza. Buscando valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no restabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza. (MST, 2025)

A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST assumiu como centralidade a matriz agroecológica, contrapondo-se ao modelo químico e destrutivo do agronegócio. A agroecologia foi apresentada como alternativa capaz de garantir soberania alimentar, promover a preservação ambiental e fixar as populações no campo com qualidade de vida. Além disso, o projeto enfatizava a importância do desenvolvimento de agroindústrias, da ampliação do acesso à educação em todos os níveis, da moradia digna e da oferta de condições de trabalho para a juventude rural. Dessa forma, o Movimento reafirmava que a luta pela terra não era apenas um mecanismo de resistência, mas também uma proposta concreta de transformação social e econômica para o país.

## 3 O CAMPESINATO EM SÃO BORJA

### 3.1 O município de São Borja

De acordo com o IBGE (2023), o município de São Borja possui uma formação histórica marcada por processos de ocupação e reorganização territorial, com raízes ainda no período colonial. Sua origem está ligada ao desmembramento do município de Rio Pardo em 1887. Mas sua importância como núcleo habitacional é ainda mais antiga, a região já abrigava, desde o século XVII, a presença missioneira, organizada pelos jesuítas e indígenas, que promoveram atividades econômicas como a pecuária extensiva, o cultivo da terra e o artesanato. Conforme destacado por Pinto (2015, p. 21 e 22);

A origem das Missões Jesuíticas teve início por volta de 1607, os religiosos da Companhia de Jesus criaram a Província Jesuítica do Paraguai e aliaram-se aos índios Guaranis para dar início ao seu trabalho de conquista e desenvolver o conhecido Povo Missioneiro, vale ressaltar que nessa época uma grande parte da América Latina era de domínio dos espanhóis e outra de portugueses.

Esse “povoado, “Missões” ou “Reduções”, que eram chamados tanto pelos índios e quanto pelos padres jesuítas, implantaram vários conhecimentos nos campos do urbanismo, arquitetura, das artes e todos seguiam uma linhagem que tentava integrar e seguir um estilo próprio, mas com uma base e modos culturais vindo da Europa. É importante destacar que cada redução tinha suas peculiaridades seja nas práticas sociais, culturais e nas atividades econômicas. (Pinto, 2015, p. 21 e 22)

Após a expulsão dos jesuítas, o território passou a ser dominado pelas grandes estâncias, que sustentavam sua economia na pecuária extensiva. Esse sistema produtivo, contudo, esteve associado ao uso frequente do fogo nos campos naturais, provocando alterações no equilíbrio ambiental. De acordo com o IBGE (2023), no século XIX ocorreu a chegada de imigrantes europeus, que marcou um novo momento, com a intensificação da agricultura e a introdução do arado, o que possibilitou a expansão das lavouras sobre áreas antes ocupadas por campos e formações nativas. Já na metade do século XX, o cultivo do arroz, que até então tinha papel secundário, começou a se consolidar, ocupando várzeas e banhados e modificando de forma significativa a organização econômica e territorial do município. Ainda em relação aos imigrantes europeus, Márcia Solange Volkmer (2011, p. 6),

Destaque que:

Depois de uma busca aos livros paroquiais, inventários e processos criminais chega-se a uma lista – preliminar – de imigrantes europeus que residiram nas Vilas de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. A idéia de mapear o conjunto total dos europeus se deveu a necessidade de saber o quão representativo era o conjunto dos franceses (tema de minha tese) no total da população, mas também em relação aos outros imigrantes. A falta de trabalhos sobre o tema me instigou a saber quantos e quem eram esses imigrantes que viveram na Fronteira na segunda metade do século XIX. (Volkmer. 2011, p. 6)

É importante destacar que os primeiros habitantes dessa região foram os povos indígenas, cuja presença deixou um legado cultural e contribuiu para a formação étnica de São Borja. Esse elemento reforça a diversidade histórica do município, que se constitui a partir da interação entre diferentes grupos sociais e econômicos ao longo do tempo. A herança indígena, associada às práticas missionárias e posteriormente ao modelo estancieiro e à imigração europeia, compõe a base da identidade cultural local. Dessa forma Pinto (2015, p. 13), destaca;

[...]. ações praticadas por nossos antepassados e, por conta das peculiaridades que concentram qualquer registro, estarão sempre a esclarecer uma variedade de fatos que bem indicam um tempo índio que teve de ser alterado para valorizar a política de colonização de uma Companhia de Jesus que foi sendo absorvida paulatinamente por moradores mais antigos que os próprios jesuítas que por aqui aportaram. (Pinto. 2015, p. 13)

No que se refere à formação administrativa, São Borja passou por diversas mudanças ao longo de sua trajetória. Inicialmente denominado São Francisco de Borja, o município foi elevado à categoria de vila por Alvará de 1817, sendo instalado em 1834. Em 1887, pela Lei Provincial n.º 1.614, adquiriu a condição de cidade, confirmando sua relevância no cenário regional. Ao longo das décadas seguintes, ocorreram alterações na composição territorial, com a criação e extinção de distritos em diferentes períodos, refletindo tanto a necessidade de organização administrativa quanto os processos de expansão populacional e econômica.

Entre os principais marcos, destaca-se a criação dos distritos de Iguariaçá, Itacurubi, Camaquã e Garruchos em 1902, que ampliaram a área de influência de São Borja. Posteriormente, mudanças administrativas promoveram novas divisões, como a anexação e extinção de distritos ao longo da primeira metade do século XX. Já no final do século, novas modificações ocorreram, como a elevação de Itacurubi e Garruchos à condição de municípios independentes, respectivamente pelas Leis Estaduais n.º 8.613, de 1988, e n.º 9.609, de 1992. Assim, São Borja consolidou-se

com diferentes composições territoriais ao longo do tempo.

Atualmente, a divisão administrativa de São Borja é composta pelos distritos de São Borja, Nhú-Porã, Samburá e Sarandi, conforme registrado em 2014 (IBGE, 2023). Essa configuração é resultado de uma trajetória histórica complexa, que combina fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. A evolução do município evidencia a importância de São Borja como centralidade regional, cuja história está profundamente ligada ao processo missioneiro, à expansão da fronteira agrícola e às transformações administrativas que moldaram seu território ao longo dos séculos.

A dinâmica populacional de São Borja evidencia também a importância do município no contexto regional. Em 2022, sua população era de 59.676 habitantes, com densidade demográfica de 16,5 habitantes por quilômetro quadrado segundo IBGE (2023). Esses números posicionavam a cidade na 38ª posição em termos populacionais dentro do Rio Grande do Sul e na 552ª em comparação ao país, entre mais de cinco mil municípios brasileiros. Já no critério da densidade demográfica, São Borja aparecia na 333ª posição no estado e na 3611ª posição nacionalmente, demonstrando uma população relativamente expressiva, mas distribuída em um território extenso, o que contribui para um padrão de ocupação de baixa densidade.

No campo educacional, os indicadores revelam avanços significativos. Em 2022, a taxa de escolarização da faixa etária de 6 a 14 anos atingiu 99,41%, dado que posicionava São Borja de forma positiva no cenário estadual e nacional. Além disso, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostraram que, em 2023, os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública alcançaram a média de 6,1, enquanto os anos finais registraram 4,6. Esses valores revelam um desempenho razoável, embora ainda indiquem desafios para elevar a qualidade do ensino, especialmente nos anos finais. Comparado a outros municípios gaúchos e do Brasil, São Borja ocupa posições intermediárias, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades educacionais.

A economia local, por sua vez, apresenta indicadores que revelam tanto potencial quanto limitações. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 43.012,23, posicionando o município na 293ª colocação no estado e na 1279ª no Brasil. Esses números demonstram uma economia de porte médio, em sintonia com a realidade de muitos municípios do interior gaúcho. Em 2024, São Borja apresentou um percentual de receitas externas de 75,4%, evidenciando forte dependência de recursos provenientes de fora do município. O total de receitas realizadas no mesmo

ano alcançou R\$390,3 milhões, enquanto as despesas empenhadas somaram R\$371,8 milhões. Esses dados colocaram São Borja em destaque, ocupando a 38ª posição tanto em receitas quanto em despesas dentro do estado, refletindo a relevância econômica da cidade no cenário regional.

Na área da saúde, os indicadores revelam desafios importantes. A taxa média de mortalidade infantil foi de 8,36 para cada mil nascidos vivos, valor que, embora não esteja entre os mais altos do país, exige atenção constante das políticas públicas. Além disso, as internações por diarreia alcançaram 93 para cada mil habitantes, índice elevado quando comparado a outros municípios do Rio Grande do Sul. Nacionalmente, São Borja ocupa posições intermediárias nesses dois indicadores, o que reforça a necessidade de investimentos tanto em infraestrutura sanitária quanto em ações preventivas voltadas à saúde básica da população.

De acordo com o IBGE (2023), os números apontam uma situação que demonstra avanços e limitações em relação ao meio ambiente. Cerca de 35,97% dos domicílios dispõem de esgotamento sanitário adequado, índice ainda distante do esperado, mas que acompanha a realidade de muitos municípios brasileiros. Em contrapartida, a arborização urbana alcança 87,9% das vias públicas, representando um ponto positivo na qualidade ambiental da cidade. Contudo, apenas 12,4% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada, revelando deficiências em infraestrutura básica como calçadas, pavimentação e drenagem urbana. Esses dados mostram que São Borja precisa avançar significativamente em saneamento e urbanização, ao mesmo tempo em que deve preservar os aspectos ambientais já consolidados.

Por fim, a dimensão territorial de São Borja se destaca como um dos elementos mais expressivos do município. Em 2024, sua área total correspondia a 3.616,674 km<sup>2</sup>, o que a colocava como a 10ª maior área entre os 497 municípios do Rio Grande do Sul e a 424ª posição entre todos os municípios brasileiros. Essa grande extensão territorial, associada a uma densidade populacional relativamente baixa, caracteriza São Borja como um município de grandes áreas, onde a ocupação humana convive com extensas porções de campo e de áreas naturais, elemento que influencia diretamente na organização econômica e social do município.

### 3.2- O Assentamento Cristo Redentor

Em relação a localização e as delimitações da área, o Assentamento Cristo Redentor está localizado a 7 km do centro da cidade de São Borja, contando com 4 km de asfalto já em perímetro urbano e 3 km de estrada de chão.

O percurso de acesso inicia pela Estrada Mato Grande, sendo a estrada que liga a localidade de Mato Grande à cidade de São Borja. O primeiro ponto de referência é o trevo que conecta a BR-472, ligando São Borja a Itaqui. Seguindo adiante, encontra-se o segundo trevo, que interliga as BR-285 e BR-287, proporcionando acesso a municípios como Santo Antônio das Missões e Unistalda.

A primeira Avenida de acesso à cidade se dá pela Avenida Presidente João Goulart, em homenagem ao Presidente da República João Belchior Marques Goulart. Essa avenida é marcada por intensa atividade econômica, especialmente ligada ao setor de serviços, como agropecuárias, oficinas, borracharias, mercados e comércio de maquinário agrícola, que atendem os agricultores de pequeno e grande porte.

Na estrada “Mato Grande” que liga o assentamento à cidade, predominam atividades econômicas relacionadas à agricultura e à pecuária. Há propriedades de cerealistas e fazendas de criação de gado de corte, além de pequenas propriedades familiares voltadas para a produção de leite, hortas, pomares de frutas cítricas (como bergamotas e laranjas), além do cultivo de milho e mandioca.

Apesar de ser uma via curta, a estrada de acesso ao Assentamento Cristo Redentor, conta com a manutenção por parte da prefeitura de São Borja. A prefeitura municipal, responsável pela manutenção, muitas vezes realiza serviços apenas em períodos eleitorais, deixando os moradores desamparados. Por intermédio do INCRA, já ocorreu a liberação de verba pública através de emenda parlamentar, para a manutenção dessa estrada, assim como a estrada de outros assentamentos do município. Mas o recurso aplicado não teve a devida fiscalização por parte dos órgãos públicos competentes, o que acarretou em um péssimo serviço prestado, deixando a comunidade com uma estrada de difícil acesso, apesar de ser a 3 km do trevo de acesso a São Borja. Deixando dessa forma os moradores do assentamento desamparados e com dificuldade de escoar sua produção.

Logo na entrada do assentamento, encontra-se o cemitério comunitário, localizado à esquerda da estrada. Seguindo adiante, surgem as primeiras moradias das famílias assentadas, e à direita, localiza-se o poço artesiano comunitário,

responsável pelo abastecimento de água potável, fundamental para garantir melhores condições de vida às famílias.

A comunidade, conta com uma barragem artificial bem no centro do assentamento. A qual foi feita com recurso que os agricultores adquiriram através de investimento via governo do Estado do Rio Grande do Sul. Essa barragem servia na época de sua construção para fornecimento de água aos animais, irrigação e consumo doméstico. Porém hoje essa barragem está sendo utilizada somente para bebedouro aos animais.

Em relação a estrada de acesso às propriedades, ela é formada por vegetação nativa tipo Arbórea, e conta com elevações do terreno e curvas acentuadas, o que requer atenção ao transitar. O tráfego de veículos na comunidade não é muito intenso, mas há circulação frequente de animais, utilizados para condução de rebanhos, além do deslocamento de maquinários agrícolas entre as propriedades.

As casas dos agricultores, são casas de alvenaria e todas em boas condições, algumas construídas com recurso dos próprios agricultores, e outras construídas a partir de recursos via caixa econômica federal, por meio do programa “minha casa minha vida” do governo federal.

A maioria das propriedades contam com uma estrutura física, composta pela casa sede (moradia), galpões para maquinários, estrebarias para o rebanho de leite, pequenos galpões (Chiqueiros) para criação de porcos, e galpão para armazenamento de insumos e alimentos para os animais.

Na região de estudo, a principal atividade agrícola se concentra na produção leiteira, compostas por um rebanho de vacas de raça Holandesa e Gir Leiteiro. Outra atividade existente na comunidade é a produção de pomar de citros, entre as variedades; Bergamota Ponkan, Montenegrina e morgote; Laranja valência suco, umbigo e Laranja sanguínea.

Há também o cultivo de hortaliças por parte de alguns produtores, onde as principais culturas são: alface, tempero, couve, repolho, cenoura e beterraba. As propriedades, na grande maioria, contam com pequenas lavouras de cultivo de mandioca e milho, e ocorre ao redor das propriedades há presença de uma grande área, e alguns capões de Eucalyptus.

Há uma área de vegetação de gramíneas nativas, onde, esse espaço é utilizado pelos produtores como pastagem para o gado. Os agricultores também cultivam algumas áreas de terra para o cultivo de pastagens cultivadas, no período de

inverno com as variedades; Aveia e azevém, e no verão com as variedades; Capim sudão e sorgo forrageiro.

Vale aqui também destacar, a forte incidência de lavouras com culturas como a soja e o trigo, já presente em grande parte das propriedades. O que foge do modelo tradicional da agricultura camponesa, mas tem se tornado uma alternativa até mesmo pelo envelhecimento do campo, atrelado ao êxodo rural e a forte demanda do mercado capitalista, juntamente com a facilidade de comercialização.

A comunidade conta com uma associação registrada com CNPJ, o que facilita a organização por parte das famílias, em busca de recursos e reivindicações aos órgãos públicos, além de reuniões para o bom funcionamento da comunidade.

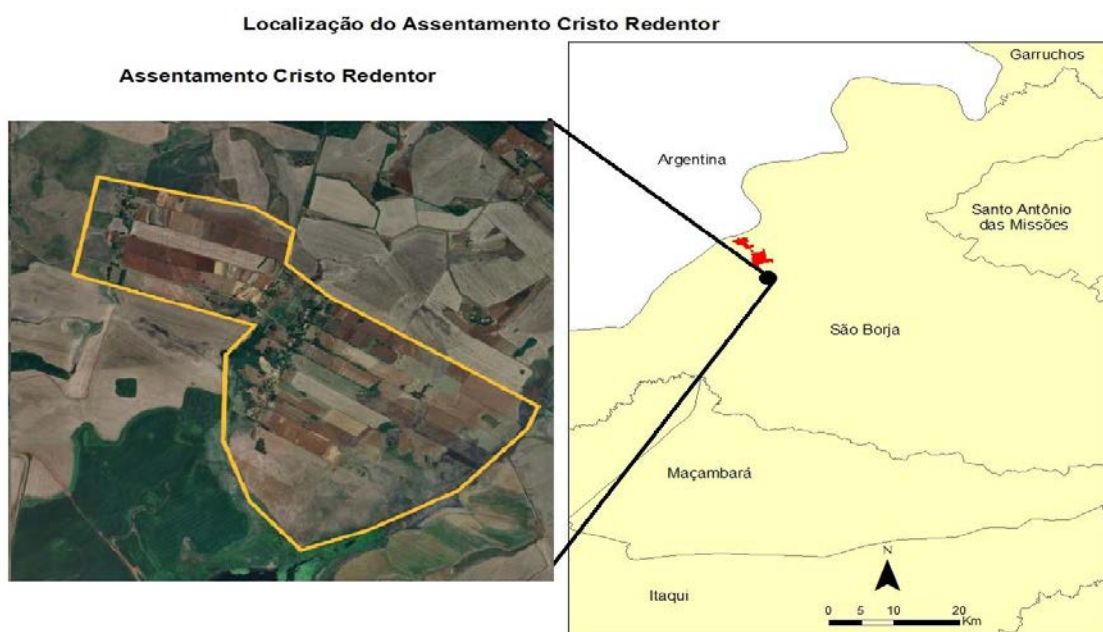
Destaco também, que a comunidade conta com um prédio destinado a uma agroindústria de beneficiamento de leite, adquirida por intermédio de recurso federal e contrapartida dos produtores. Mas ela ainda permanece desativada, por motivo burocrático do Estado e a falta de produtores de leite para dar viabilidade na produção e destinação do produto para a agroindústria. Levando em consideração a demora do projeto e a conclusão da obra. Pois quando o projeto se iniciou, o assentamento contava com uma média de 12 produtores de leite, e hoje conta com apenas 5 produtores, que ainda exercem essa atividade com mais relevância.

A comunidade conta com uma patrulha agrícola, adquirida por intermédio de emenda parlamentar e contrapartida do município de São Borja. Essa Patrulha agrícola conta com; 1 Trator Massey Ferguson, 1 Grade Aradora, 1 Grade Niveladora, 1 Pulverizador 500 litros, 2 reboques agrícola Basculante, 1 Roçadeira, 1 semeadeira Adubadeira e 1 Plantadeira plantio Direto.

A Patrulha agrícola é administrada pela comunidade, e conta com 2 operadores da própria comunidade. Foi estipulado o valor de 100 reais a hora trabalhada, para cada produtor que utilizar os serviços da patrulha. Nos quais esse valor é utilizado uma parte para pagamentos dos operadores e a outra para manutenção do maquinário.

Em suma, o Assentamento Cristo Redentor (Figura 1), é formado por 15 famílias que foram assentadas em uma área de 255 hectares, onde foram feitas a divisão de 17 hectares para cada família. Essas famílias são compostas por pessoas de origem das colonizações; alemã, portuguesa e espanhola. Com uma média de 4 integrantes por família, contando hoje com o número de 76 pessoas na comunidade, com uma demografia de 0 a 70 anos.

Figura 1: . Mapa da região



Fonte: Gamalho e Dobler, março de 2025.

### 3.2.1 Histórico do assentamento Cristo Redentor

O Assentamento Cristo Redentor, criado em dezembro de 1991, é resultado de um intenso processo de organização junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Movimento que busca, acima de tudo, garantir o direito de permanecer na terra, não apenas como espaço de trabalho, mas também como meio de sustento, sobrevivência e construção de uma vida digna para suas famílias. O assentamento representa, portanto, a concretização de uma luta coletiva marcada por resistência e esperança.

O Assentamento Cristo Redentor é um dos cinco assentamentos da reforma agrária existentes no município de São Borja. Conforme Martini (2019), fazem parte desse grupo, pela ordem de chegada de cada grupo de famílias, os seguintes assentamentos: Cristo Redentor (1991), São Marcos (1997), Cambuchim (final da década de 1990), Fazenda Caçacã (2002) e Conquista das Missões, este último sendo o mais recente, fundado há pouco mais de dez anos.

A formação do grupo de famílias de assentados do Assentamento Cristo Redentor, localizado na antiga Estação Experimental de São Borja (FEPAGRO) e

atual Centro de Pesquisa José Pereira Alvares, conforme publicado em 18/10/2011 no site da Secretaria de Agricultura do Rio Grande Do Sul. Se inicia com a formação do Acampamento do MST, localizado na cidade de Cruz Alta- RS, em 19 de setembro de 1989. Com a formação de um núcleo de aproximadamente 2500 famílias de lavradores, das mais diversas regiões do Estados do Rio Grande do Sul.

A grande maioria desses lavradores, como eram chamados na época (Jornal dos Sem-Terra, 1989), eram filhos e filhas de pequenos produtores rurais, que não tinham mais como manter seus filhos já adultos e alguns com família, em suas pequenas propriedades, o que os obrigavam a buscar alternativas. Ou migravam para grandes metrópoles, aumentando cada vez mais a realidade do êxodo rural, ou lutavam por direito a um “pedaço de terra” para sobreviver e produzir com suas famílias.

Nesse contexto, havia cerca de 2500 famílias de lavradores sem-terra do Acampamento Boa Vista do Incra em Cruz Alta- RS (Jornal dos Sem Terra,1989). Havia o grupo de 15 famílias de camponeses da região de Redentora- RS, os quais foram beneficiados no ano de 1991, com uma área de 255 hectares de terra em São Borja- RS, em uma área experimental, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul (Jornal dos Sem Terra, 1992). Esta área fazia parte de um projeto e promessa do então governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares. Essa promessa foi feita através da pressão dos lavradores e acordo com lideranças do MST da época, para que fosse feito através de decreto, assentamentos da reforma agrária em 70 % das estações experimentais do Estado (Jornal dos Sem Terra, 1992).

Antes de serem beneficiados com o assentamento em São Borja. Essas famílias permaneceram por cerca de 2 anos acampadas nas regiões de Cruz Alta-RS e também na cidade de Bagé-RS. Conforme trabalho de Campo, a chegada do grupo de 15 famílias em São Borja- RS, aconteceu no dia 8 de dezembro de 1991, conforme relato dos próprios assentados. Ao chegarem no município, não obtiveram nenhuma assistência ou ajuda para se estabelecer na região destinada para o assentamento, por parte do prefeito municipal da época. O que conforme relatam os próprios agricultores, era o reflexo da maioria das cidades da região, devido à forte incidência do grande latifúndio e o desconhecimento do direito que aqueles lavradores detinham, pois o prefeito não tinha o conhecimento de que a área da Estação Experimental estava destinada aos trabalhadores. (Entrevista de Ardil Dobler de Lima, dia 8 de agosto de 2025).

Diante dessa ausência de apoio, os camponeses contaram com a solidariedade de sindicatos, como o dos bancários e o da alimentação, além de partidos políticos como PT, PDT e PCdoB, e de pequenos produtores rurais locais que reconheciam a legitimidade da luta dos sem-terra. Essa rede de apoio foi fundamental para que as famílias conseguissem se manter no território e iniciar sua organização comunitária.

A chegada ocorreu diretamente na área destinada ao assentamento, sem passagem pelo perímetro urbano. Entretanto, houve resistência por parte de produtores que utilizavam irregularmente a área estadual para o cultivo e a criação de gado. Apesar do direito garantido às famílias, elas precisaram se organizar e pressionar a saída desses posseiros que ocupavam indevidamente as terras públicas.

Conforme entrevista com Ardil Lima, esse processo gerou um confronto direto, no qual os assentados ocuparam a sede local, conhecida como “galpão”, onde vivia o capataz da fazenda. O funcionário, a mando de seu patrão, se recusava a deixar o espaço, “mas acabou dominado sem violência física”. A partir disso, foi convocado o responsável pela plantação existente na área para negociar sua colheita e posterior retirada. Ardil declara:

Ele ficou lá até colher e nós não ficamos lá, no caso, no galpão. Aí ele até ameaçava, ele achou que ia conseguir ficar. Nós se obrigamos... Porque ele mesmo não parava, tinha o caseiro que cuidava do galpão para ele lá. Aí nós se obrigamos a ocupar esse galpão, para forçar a saída dele. Foi dado um prazo pra ele, acho que ele ficou uns dois meses ainda. (Entrevista de Ardil Dobler de Lima, dia 8 de agosto de 2025).

Foi feito um acordo entre os assentados e o responsável pela lavoura. Onde que, ele poderia fazer a colheita de sua lavoura dentro do tempo necessário, e o capataz poderia ficar na sede durante esse período de colheita, com a condição de ser mais amistoso nas relações com os assentados. Tendo a garantia da preservação dos maquinários existentes no local, contudo o gado deveria ser retirado, pois essa área já estava sendo plantada pelos assentados e o gado estava causando estragos.

Após o findar do acordo, o agricultor teria de se retirar da área do assentamento, possibilitando assim por parte dos assentados e do INCRA, o início da demarcação dos lotes para cada família, e a organização da produção agrícola e a criação de animais. Também foi implantada uma horta comunitária, que passou a garantir parte da alimentação das famílias. Conforme Ardil:

Tinha um arrendatário que plantava soja, mas aí nós chegamos e ele já estava com a lavoura de soja plantada, nós tivemos a grandeza de deixar ele, colher a soja, era um pobre também, quem arrendava, colheu, aí depois sim. Assim, na próxima nós assumimos e dividimos os 15 lotes, assim mesmo que há muito tempo com a divisão nossa, só que cada um tinha um pedaço e estava plantando, depois que o INCRA veio e dividiu partes iguais para cada um. (Entrevista de Ardil Dobler de Lima, dia 8 de agosto de 2025).

### **3.3 Estratégias de reprodução social no Assentamento Cristo Redentor**

As entrevistas realizadas com os agricultores Oseias de Abreu Dobler, Ardil Dobler de Lima, Ari Dobler de Lima, Alécio Dobler de Castro e Argil da Silva Dobler permitem compreender em profundidade as dinâmicas socioterritoriais e as estratégias familiares de reprodução social desenvolvidas no Assentamento Cristo Redentor, localizado em São Borja-RS. As narrativas expressam experiências individuais que se entrelaçam em uma trajetória coletiva de luta pela terra, construção comunitária e consolidação de modos de vida baseados no trabalho familiar e na solidariedade.

As cinco entrevistas revelam que a conquista da terra, viabilizada pela reforma agrária, constituiu o marco inicial de um processo contínuo de reconstrução social e econômica. O acesso à terra não encerrou a luta, mas deu início a novas formas de resistência, agora voltadas à manutenção, ao uso produtivo e à reprodução do território conquistado.

Argil, assim como os demais, expressa essa continuidade histórica ao recordar: “O que nós fazia lá é o que nós faz aqui hoje: cria os bichos, tira leite, planta o milho e vive do trabalho”. As falas, portanto, demonstram que a permanência na terra depende de múltiplos fatores produtivos, simbólicos e relacionais que se articulam em torno da solidariedade, da organização comunitária e do sentimento de pertencimento ao território camponês.

As trajetórias dos entrevistados estão profundamente marcadas pela experiência da luta pela terra e da mobilização nos acampamentos. Ardil e Alécio narram longos deslocamentos desde Redentora-RS até a chegada em São Borja, passando por Cruz Alta e Bagé, enquanto Argil complementa esse percurso com detalhes históricos e afetivos. Ele recorda que, ainda criança, vivenciou o trabalho em propriedades de terceiros para sustentar o pai, acampado desde 1989, e que a

chegada ao assentamento, em 1991, foi um marco: “Nós fomos os primeiros assentados de São Borja, o Assentamento Cristo Redentor foi o primeiro que saiu”.

Essas memórias reforçam a dimensão simbólica e coletiva da conquista. O território não é apenas um espaço físico, mas o lugar onde se materializam os vínculos sociais e identitários. Argil descreve o início como “bem dificultoso”, marcado pela falta de estrutura e pelo preconceito social em relação ao MST. De acordo com Argil, o apoio de sindicatos locais e de figuras solidárias, como o senhor Luiz Fonseca e de Telmo Mota Júnior, foi decisivo para a sobrevivência inicial e a primeira colheita de trigo, realizada coletivamente.

Para Ari e Oséias, a terra representa a superação de uma condição histórica de exploração. Ari resume: “Antes morávamos em casinha de capim; hoje temos moradia especial e dignidade”. Já Argil reafirma: “Só quem viveu debaixo de uma lona sabe o que é conseguir um pedaço de terra para tirar o sustento”. Assim, a terra é entendida como símbolo de cidadania e autonomia, e o assentamento, como território de reconstrução da vida.

### 3.3.1 Estratégias produtivas e diversificação econômica

A análise das cinco entrevistas revela que a diversificação produtiva é a principal estratégia de estabilidade econômica e resistência no campo. Todas as famílias combinam diferentes atividades: agricultura, pecuária, horticultura e pequenas criações, como forma de garantir segurança alimentar e fluxo constante de renda.

Oseias valoriza a diversificação como “a melhor coisa da agricultura familiar”, enquanto Ari e Ardil reforçam que a produção de leite é o eixo econômico central, complementado por hortaliças e frutas para consumo e venda local. Alécio, por sua vez, concentra-se na cultura da mandioca e pequenas lavouras de subsistência. Argil compartilha dessa lógica ao afirmar: “Meu foco é a vaca de leite, mas tenho porco, galinha, milho e um pouco de gado de corte”. Sua fala ilustra a racionalidade camponesa, na qual a produção é planejada para o autoconsumo e o excedente, vendido de forma direta, complementa a renda familiar.

Além disso, a proximidade dos agricultores camponeses com a cidade de São Borja facilita a comercialização e agrega valor ao leite, tornando a atividade

sustentável mesmo em pequena escala. Argil reconhece, contudo, que a falta de políticas públicas e de apoio técnico limita a expansão produtiva, destacando que “o poder público só lembra da gente na hora de pedir voto”. Assim, a diversificação, o trabalho familiar e o conhecimento empírico configuram-se como estratégias territoriais de resistência, que equilibram economia, cultura e sustentabilidade ambiental.

O trabalho familiar é o núcleo da reprodução social camponesa. Nas cinco propriedades analisadas, o esforço coletivo é o principal fator de continuidade da produção. Na propriedade de Oséias, há uma gestão familiar profissionalizada, com divisão clara de responsabilidades. No caso de Ari e Alécio, a organização segue moldes tradicionais, com cooperação entre cônjuges. Argil reforça essa estrutura, explicando que conta apenas com o trabalho dele e da esposa Nilva: “A mão de obra é só minha e dela. Os filhos foram pra cidade”.

A ausência dos filhos, que buscaram formação e emprego urbanos, ilustra o desafio da sucessão geracional, tema recorrente entre os entrevistados. Apesar disso, Argil vê na educação dos filhos um motivo de orgulho, mostrando que a reprodução social também se amplia através do capital educacional conquistado pela nova geração, ainda que fora do campo.

A solidariedade familiar, a partilha das tarefas e a autonomia da produção formam o tripé que sustenta a permanência no território. Mesmo com a limitação de mão de obra, Argil e Nilva mantêm uma rotina produtiva diversificada e demonstram forte vínculo afetivo com a terra, sintetizado em sua afirmação: “Nunca trabalhei fora, e o que eu tenho é fruto do trabalho na propriedade”.

O cooperativismo e o associativismo aparecem como eixos fundamentais de fortalecimento político e econômico nas falas dos cinco agricultores. Oséias, vice-presidente da associação AAFACRIS, e Ari destacam a importância da organização coletiva para acessar políticas públicas, maquinários e insumos. Argil complementa essa análise ao reforçar que “sem a associação não teríamos a patrulha agrícola dentro do assentamento”.

Para Ardil, a experiência dos acampamentos mostrou que a conquista da terra exige organização coletiva, e essa mesma lógica se mantém após o assentamento. As falas revelam que o cooperativismo não é apenas instrumento técnico, mas

expressão de solidariedade e pertencimento comunitário. As redes de apoio com sindicatos e instituições como a Emater continuam sendo canais essenciais de mediação com o Estado, mesmo que todos apontem o enfraquecimento das políticas de incentivo nos últimos anos.

A saída dos jovens do campo é uma preocupação central em todas as entrevistas. Oseias e Ari lamentam o êxodo da nova geração, enquanto Argil confirma a tendência, relatando que seus dois filhos, embora formados em escolas públicas e cursos técnicos, migraram para a cidade em busca de melhores condições de trabalho. Para ele, “os jovens veem que a gente sofre, e vão embora”.

Essa percepção traduz a contradição vivida pelos agricultores familiares, a educação e a modernização, embora ampliem as possibilidades de vida, acabam afastando os jovens da atividade agrícola. Ao mesmo tempo, as falas revelam um desejo comum de que políticas públicas estimulem a permanência da juventude, com acesso à tecnologia, crédito e infraestrutura. Como aponta Argil, “se tivesse incentivo do poder público, muitos jovens ficariam”. A sucessão rural, portanto, depende não apenas da herança da terra, mas de condições sociais e simbólicas que tornem o campo um espaço de futuro e não apenas de passado.

### 3.3.2 Desafios climáticos e estratégias de resistência

A questão climática, especialmente as estiagens prolongadas, foi destacada por todos os entrevistados como um dos maiores obstáculos à sustentabilidade da produção. Argil, em especial, relata que enfrentou “três secas medonhas”, perdendo parte da renda e precisando usar suas reservas para alimentar o gado. Ele compara a situação de São Borja a outros municípios que recebem apoio público, criticando a ausência de medidas locais: “Enquanto outros ganhavam feno e ajuda, nós aqui não ganhamos nem uma retroescavadeira pra achar água”.

Essas falas evidenciam que a capacidade de resiliência e adaptação é uma estratégia central da agricultura familiar. Mesmo diante das perdas, os agricultores persistem, plantam de novo e mantêm o ciclo produtivo. Argil resume esse espírito camponês com simplicidade: “O agricultor perde um ano, mas no outro planta de novo; uma hora tem que dar certo”.

A dimensão cultural e ambiental das práticas agrícolas é um aspecto que atravessa todas as entrevistas. Os agricultores mantêm saberes transmitidos entre gerações, como o uso de sementes crioulas, o respeito ao calendário lunar e o aproveitamento do esterco animal como adubo, o que expressa um modo de relação com a natureza distinto da lógica agroindustrial.

Argil, em particular, valoriza esse conhecimento herdado: “As mesmas práticas dos antigos, nós seguimos. Tal lua é boa pra plantar isso, tal lua pra plantar aquilo”. Ele associa essas práticas ao cuidado com o solo e à consciência ambiental: “Acho que o que nós deve fazer é cuidar da terra, porque ninguém vive sem ela”. Essa racionalidade ecológica reforça a identidade camponesa e a noção de que o território é mais do que meio de produção, é espaço de vida, memória e futuro.

As narrativas dos cinco agricultores do Assentamento Cristo Redentor convergem em torno de um eixo comum: a permanência na terra como forma de resistência e reafirmação identitária. O processo de conquista e reprodução do território é sustentado pela diversificação produtiva, pelo trabalho familiar, pelo associativismo e pela transmissão de saberes tradicionais.

A fala de Argil sintetiza esses costumes camponês ao afirmar: “O sangue que corre é camponês; só mudou o nome, mas a prática é a mesma de 30 anos atrás”. Essa frase resume a continuidade histórica e simbólica da agricultura familiar camponesa, que, apesar das adversidades, mantém viva a relação entre trabalho, natureza e comunidade. O conjunto das entrevistas evidencia que a permanência no campo depende de políticas públicas articuladas, crédito acessível, valorização da juventude rural e fortalecimento das redes comunitárias. No entanto, também revela que o principal recurso das famílias continua sendo o trabalho coletivo e a fé na terra.

### **3.4 Estratégias de Reprodução Social, identificadas na pesquisa**

Através das entrevistas realizadas com os agricultores da comunidade do assentamento Cristo Redentor. Obteve-se a possibilidade de compreender, de maneira aprofundada, as estratégias utilizadas pelas famílias assentadas para se manterem na terra, bem como os processos de organização produtiva, social e familiar que garantem a reprodução de seus modos de vida.

Esses relatos expressam não apenas uma conquista material, mas também simbólica: o acesso à terra representa o rompimento com a dependência histórica do trabalho temporário e a construção de um novo horizonte de autonomia. Ardil recorda o sentimento de alegria ao ser sorteado para o assentamento e destaca: “O cara não tinha nem onde plantar, nem onde morar, nada. E vem pra cima, sabe que tem, quiser fazer, faz”.

Entre as principais estratégias de permanência e reprodução social, destaca-se a diversificação produtiva. Todos os entrevistados mantêm uma variedade de cultivos e atividades que garantem a estabilidade financeira e reduzem os riscos associados à dependência de uma única fonte de renda. Oseias enfatiza a importância dessa diversificação ao afirmar que “a melhor coisa na agricultura familiar é a diversificação do produto”. Além da pluriatividade, prática cada vez mais recorrente entre os agricultores familiares. Oseias destaca que em sua agropecuária que tem na cidade ele consegue, muita das vezes sustentar a renda, quando a propriedade está enfrentando problemas para produzir. De acordo com ele:

Eu faço meus briques fora também, que é uma renda extra que ajuda nos momentos que, tipo, é uma estiagem, alguma coisa que isso acaba, no final, ela acaba cobrindo algumas despesas da nossa produção aqui, né? No caso, eu tenho uma agropecuária na cidade, mini agropecuária, um bolicho na cidade, mas isso acaba ajudando lá na ponta. (Entrevista com Oséias, 2025)

Essas práticas revelam uma racionalidade camponesa centrada na autonomia produtiva, na valorização do trabalho familiar e na busca por auto suficiência alimentar. Ainda que em diferentes escalas, todos os entrevistados expressam a consciência de que a permanência na terra depende da capacidade de adaptação às condições climáticas, de planejamento e de diversificação das fontes de renda.

A reprodução social das famílias, contudo, enfrenta desafios relacionados à sucessão geracional. Onde, a permanência dos jovens no campo, está relacionada à falta de incentivos e de políticas públicas, aliada à atração dos meios urbanos e às limitações econômicas da pequena propriedade. Essa dificuldade em assegurar a continuidade familiar na agricultura é um dos principais pontos de tensão observados nas entrevistas.

As entrevistas revelam a importância das formas coletivas de organização, tanto para o acesso a recursos quanto para o fortalecimento político e social das comunidades. O coletivismo foi não apenas um meio de conquista, mas também um valor que orienta a vida comunitária.

As estratégias de permanência variam conforme as condições de cada família, mas convergem em torno de três eixos centrais:

1. Diversificação produtiva e pluriatividade como garantia de estabilidade econômica.
2. Organização coletiva por meio de associações e cooperativas, que assegurem acesso a recursos e fortalecem a identidade camponesa.
3. Gestão familiar e transmissão de saberes, fundamentais para a reprodução social e cultural do grupo.

Apesar das diferenças de idade e de segmentos produtivos, todos os entrevistados demonstram profundo vínculo com a terra e consciência de que a agricultura familiar camponesa é mais do que uma atividade econômica, é um modo de vida que preserva valores de solidariedade, autonomia e pertencimento.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Assentamento Cristo Redentor permitiu compreender de forma clara como as famílias camponesas estruturam suas estratégias de reprodução social e como essas práticas garantem a continuidade e modo de vida rural. A análise dos dados sobre infraestrutura, organização comunitária, trajetórias de luta e práticas produtivas mostrou que o assentamento funciona a partir de uma forte base coletiva, construída historicamente e reforçada pela cooperação entre as famílias. Ao longo do estudo, ficou evidente que a agricultura familiar camponesa permanece viva e significativa. Os agricultores demonstram uma relação profunda com a terra, marcada por valores culturais, afetivos e históricos que atravessam gerações. Essa ligação ajuda a explicar a resistência das famílias frente às dificuldades climáticas, econômicas e políticas. Os relatos e observações revelaram como os saberes tradicionais, o trabalho familiar e o apego ao território seguem sendo pilares centrais do campesinato.

As entrevistas mostraram a permanência de práticas típicas da agricultura camponesa, como diversificação produtiva, pluriatividade, autoconsumo, gestão familiar e uso equilibrado da terra. A diversificação aparece como forma de garantir segurança alimentar e reduzir riscos, enquanto a pluriatividade surge como alternativa diante das incertezas econômicas. Já a gestão familiar evidencia a importância da cooperação, da divisão de tarefas e da transmissão de conhecimentos entre gerações. A pesquisa participante também foi essencial para compreender essas dinâmicas, pois permitiu acesso a histórias pessoais que revelam a memória coletiva e o sentido de pertencimento das famílias. Observou-se que, mesmo diante das limitações, como falta de apoio público e impactos das secas, os agricultores mantêm práticas sustentáveis e um compromisso com a produção de alimentos saudáveis.

Outro ponto importante identificado foi o papel do agricultor camponês em relação à segurança alimentar. Muitos alimentos consumidos pelas famílias são produzidos nas próprias unidades produtivas, o que abre espaço para discussões em sala de aula sobre origem dos alimentos, sustentabilidade, autonomia alimentar e comparação entre pequenas produções diversificadas e sistemas agrícolas

industrializados. Inserido esse conteúdo ao tema transversal sobre Educação Alimentar e Nutricional, aproximando os estudantes da realidade do campo. Contribuindo para a educação escolar ao permitir que professores utilizem exemplos reais do território, com atividades pedagógicas baseadas nos dados do assentamento. Valorizando a cultura local, fortalecendo a identidade rural e aproximando os estudantes dos agricultores, que produzem grande parte dos alimentos consumidos nas escolas.

Por fim, conclui-se que a agricultura familiar camponesa no Assentamento Cristo Redentor é marcada por resistência, autonomia e vínculos profundos com a terra. A transcrição das falas preserva a memória comunitária e oferece material para futuras pesquisas, reforçando a importância de olhar para o assentamento como um espaço vivo de produção cultural, econômica e social. As estratégias de reprodução social observadas mostram que a permanência das famílias no campo ultrapassa aspectos econômicos, envolvendo identidade, cultura, memória e modos de vida historicamente construídos. A pesquisa reafirma o valor social e cultural desses agricultores e evidencia que reconhecer e fortalecer suas práticas é essencial para o desenvolvimento local e para a compreensão do papel do campesinato no espaço rural brasileiro.

## REFERÊNCIAS

MARTINI, Andressa. **Sistemas de produção dos assentamentos do MST em São Borja-RS**. São Borja, RS, 2019.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

BOMBARDI, Larissa Mies. O Papel Da Geografia Agrária No Debate Teórico Sobre Os Conceitos De Campesinato E Agricultura Familiar. **GEO USP- espaço e tempo**. Nº. 14, p. 107-117, São Paulo (SP), 2003.

BAIARDI, Amílcar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Danilo R. D. Aguiar e J. B. Pinho (orgs), Anais... Foz de Iguaçu: SOBER, 1999.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2008.

CONTI, Valquiria; BELING, Helena Maria. **Estratégias De Reprodução Social Na Agricultura Familiar Camponesa: As Escolas Do Campo De Ibarama/Rs E O Projeto “Garantindo O Futuro, Preservando As Sementes Crioulas”**. Santa Maria, RS, 2014.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **CONTAG 50 ANOS**. Brasília. CONTAG. 2025 Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-50-anos>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 1, p. 16-36, 2004.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. ARARAQUARA-SP. 2014.

FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de. **Estratégias e trajetórias da agricultura familiar de Veranópolis-RS**: uma análise longitudinal entre 2002 e 2019. Porto Alegre (RS), 2022.

**FEPAGRO altera nomes de centros de pesquisa**. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. Publicação em 18/10/2011. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/fepagro-altera-nomes-de-centros-de-pesquisa> . Acesso em 9 de outubro de 2025.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Revista Sinais**, v. 1, n. 23, 2019.

**História de São Borja/RS, Nome e Atrativos**. Portal Das Missões. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/historia-de-sao-borjars-nome-e-atrativos-1719> . Acesso em 3 de outubro de 2025.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: MDA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773> . Acesso em: 10 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas socioeconômico. 2006** Disponível em: <  
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>>. Acesso em 08 agosto. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9829&t=sobre>> . Acesso em 10 de agosto. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/40/30277> . Acesso em 12 de agosto de 2025.

**Mobilização Garante Conquista/ Assentamentos Em 1991**. Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Março de 1992, ano XI nº 113, p 10. São Paulo, SP. 1992. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemerolt/pageid/1168> . Acesso em 8 de agosto 2025.

**Só nos resta, andar com as nossas pernas/ Mobilização em Cruz Alta-RS**. Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Setembro de 1989, ano IX nº 87, p 11. São Paulo, SP. 1989. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemerolt/pageid/2363> . Acesso em 8 de agosto 2025.

**1º Congresso Nacional Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Janeiro de 1985, ano III nº 41, p 15. Porto Alegre, RS. 1985. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemerolt/pageid/162> . Acesso em 9 de agosto 2025.

**Carta Dos Colonos Acampados Em Ronda Alta**. Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Agosto de 1981, nº 10, p 2. Porto Alegre, RS. 1981. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemerolt/pageid/3036> . Acesso em 9 de agosto 2025.

**O Acampamento De Encruzilhada Natalino Antes Do Coronel Curió**. Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Maio de 1981, nº 001, p 1. Porto Alegre, RS. 1981. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemerolt/pageid/2985> . Acesso em 9 de agosto 2025.

KÖNIG, Solane Trisch. **Caracterização produtiva da agricultura familiar no COREDE Litoral, Rio Grande do Sul**. Tramandaí (RS), 2022.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5º ed. São Paulo, Atlas, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo. FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)**. Rio de Janeiro, RJ, 1989.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **A História da luta pela terra.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em 10 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **O Embrião do MST/ 1981 – A Encruzilhada Natalino.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/> . Acesso em 10 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **Surge o MST/ 1º Congresso Nacional.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/> . Acesso em 10 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **A Terra e sua função social/ Criação da Via Campesina.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/88-93/> . Acesso em 10 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **O Estado abandona a agricultura familiar/ Massacre de Corumbiara.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/> . Acesso em 10 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **Sem Terras Marcham pelo País/ Marcha Popular pelo Brasil.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/> . Acesso em 11 de setembro. 2025.

Movimento Nacional dos Trabalhadores rurais - MST. **O avanço da luta pela terra/ Agronegócio ‘recria’ as sesmarias.** Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/> . Acesso em 11 de setembro. 2025.

PEREIRA, Antonio Wallas Vitorino. Agricultura familiar ou camponesa? Reflexões e tensões a respeito dos conceitos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 25, n. 1, p. 175-188, 2023.

PINTO, Muriel; SILVA, Jardel Vitor; JUNGTON, Daniele. História, memória e as paisagens culturais da cidade histórica de São Borja. **Erechim: Editora Erechim**, Rio Grande do Sul, 2015.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): institucionalidade, subsídio e eficácia.** Rio de Janeiro. 1999.

RIO GRANDE DO SUL; Secretaria da Educação. Assessoria de Apoio à Alimentação Escolar. **2º Caderno de Alimentação Escolar, II Educação Alimentar e Nutricional no Âmbito Escolar.** SEDUC, Porto Alegre, 2012.

ROSA, Marcelo do Nascimento; NASCIMENTO, Aline Cristina; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Trabalhar e diversificar para quê? as estratégias de reprodução do campesinato. **XIII Jornada do Trabalho.** Presidente Prudente (SP), 2012.

SANT ANA, Helena Amaral. A Educação do Campo como espaço de aprendizagem coletiva, resistência e fortalecimento identitário. **Revista Educação Pública, Rio de Janeiro**, v. 24, nº 2, 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/2/a-educacao-do-campo-como-espaco-de-aprendizagem-coletiva-resistencia-e-fortalecimento-identitario>

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista Nera**, n. 50, p. 40-63. Instituto Federal Goiano (IFG). Rio Verde - GO. 2019.

VOLKMER, Márcia Solange, "*Pela fronteira é incalculável o movimento*": Imigrantes Europeus nas Vilas do Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Organizadora: Marieta de Moraes Ferreira**. São Paulo - SP – Brasil, 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=40> . Acesso em 15 de setembro de 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25- 44, São Paulo (SP), 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

Brasil. Presidência da República. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1985/d91766.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html)

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm)

BRASIL. **Lei Federal nº 15.223**, de 30 de setembro de 2025. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2025; 1 outubro.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União 2006; 25 julho.

BRASIL. **Lei Federal nº 15.226**, de 30 de setembro de 2025. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa. Diário Oficial da União 2025; 1 outubro.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.628**, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Diário Oficial da União 2025; 21 julho.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União 2011; 17 outubro.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União 1993; 26 fevereiro.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1964; 30 novembro.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 17 junho.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.666**, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União 2018; 17 maio.